
A Batalha de Agincourt (1415): o triunfo improvável de um “bando de irmãos”

Autor(es): Monteiro, João Gouveia; Martins, Miguel Gomes; Agostinho, Paulo Jorge

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/37386>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1023-8_4

Accessed : 24-Jan-2019 12:25:15

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

GUERRA E PODER NA EUROPA MEDIEVAL

DAS CRUZADAS
À GUERRA DOS 100 ANOS.

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO
COORD.

MIGUEL GOMES MARTINS
PAULO JORGE AGOSTINHO



IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

A BATALHA DE AGINCOURT (1415): O TRIUNFO IMPROVÁVEL DE UM “BANDO DE IRMÃOS”

As fontes sobre a batalha de Agincourt

No final do século XVI, provavelmente no ano de 1599, Shakespeare concluiu a sua trilogia histórica com a composição da peça *Henrique V*, imortalizando, por essa via, não só a figura do monarca inglês que lhe deu o nome, mas ainda a batalha de Agincourt, disputada em 1415 entre os exércitos de Inglaterra e de França, o maior triunfo militar do monarca inglês e o momento mais alto da peça. Para além da peça de Shakespeare, foram inúmeros os textos que se debruçaram sobre Agincourt, alguns deles contemporâneos da batalha, outros escritos entre os séculos XVI e a atualidade, em que a batalha de Agincourt celebra os seus seiscentos anos! Interessam-nos, para um relato mais preciso do que realmente poderá ter acontecido, os textos mais antigos, uma vez que todos os que se lhes seguiram (incluindo a já referida peça de Shakespeare) foram beber a essas fontes. Naturalmente, ambos os lados da contenda deixaram as suas próprias memórias, com similitudes, mas também com compreensíveis diferenças. A inventariação e análise detalhada destas fontes foram feitas com grande rigor por Anne Curry (2000), que apresentou nessa obra os excertos mais importantes de cada uma, no que diz respeito à batalha de Agincourt. Seguindo esse trabalho incontornável, começemos por ver quais foram as principais narrativas que nos podem auxiliar nesta revisitação de um dos maiores combates da Guerra dos Cem Anos, travado precisamente no ano

em que os portugueses conquistaram Ceuta e deram o tiro de partida para a sua expansão ultramarina.

270 A fonte mais antiga e bastante fiável é a *Gesta Henrici Quinti* (“Gesta de Henrique Quinto”), datada de c. 1417 e escrita em latim, como seria inevitável num texto com origem eclesiástica. O seu autor foi um clérigo que acompanhou o exército de Henrique V na campanha de 1415, cujo ponto alto foi a vitória de Agincourt. Não há certezas em relação à sua identidade, sendo, por essa razão, muitas vezes designado como “o Capelão”; considera-se provável que se tratasse de John Stevens, capelão real formado em Oxford e familiarizado com o trabalho de transcrição de documentos oficiais que sustentavam a relação de proximidade entre o rei inglês Henrique IV e os Orleanistas de França, um dos ‘partidos’ que, como veremos, disputava o poder político neste último reino. Os acontecimentos narrados nesta fonte abrangem aproximadamente quatro anos, começando em 1413, com a coroação de Henrique V. Aparentemente, o texto parece ter sido produzido para fins propagandísticos, como aliás seria de esperar numa crónica medieval, procurando transmitir a imagem de um rei inglês cujas ações foram sempre apoiadas por Deus e cuja vitória militar se deveu quase exclusivamente à vontade divina. Apesar dessa motivação, esta crónica é considerada como a que fornece o relato mais claro da batalha e uma detalhada descrição dos acontecimentos que a antecederam, nomeadamente a marcha do exército inglês de Harfleur até aos campos de Agincourt, com a difícil travessia do Somme e os preparativos para o combate.

A corte de Filipe “o Bom” da Borgonha (futuro Filipe I de Espanha, em virtude do seu casamento com a infanta Joana, e consequentemente pai do famoso imperador Carlos V) testemunhou o florescimento da cronística no seu seio. Entre outros exemplos, destacam-se as crónicas de Enguerran de Monstrelet, de Jean Waurin e de Le Fèvre, que contêm diversas interligações e longas passagens textuais idênticas, mostrando que os dois últimos beberam na fonte do primeiro. “A Crónica de Enguerran de Monstrelet” (*La Chronique d’Enguerran de Monstrelet*) foi redigida por esse membro da nobreza da Picardia, como uma continuação das crónicas de Jean Froissart, partindo do ano em que estas terminam (1400) e avançando até 1444. Nascido

possivelmente na povoação de Monstrelet, no Ponthieu, entre 1390-95, e falecido em Cambraia, em 1453, Monstrelet terá sido capitão do conde de Saint-Pol e posteriormente meirinho de Compière, ao serviço de João do Luxemburgo, tendo testemunhado a captura de Joana D'Arc por essa razão.

Por seu lado, Waurin e Le Fèvre assumem, nos seus testemunhos, a influência um do outro, e os seus relatos têm o valor acrescentado de ambos terem sido testemunhas oculares da batalha de Agincourt, tal como aconteceu com o Capelão.

Jean Le Fèvre terá nascido c. 1395 ou 1396, em Avesnes ou Abbeville, e morreu em Bruges, em 1468. Na altura da batalha, desempenharia já o cargo de arauto do rei de França ou do duque de Brabante e foi precisamente na condição de arauto que acompanhou o exército inglês desde Harfleur até ao campo de Agincourt. A sua crónica cobre os anos de 1408-1436 e teve como título *Chronique de Jean Le Fèvre, Seigneur de Saint Remy* (“Crónica de Jean Le Fèvre, Senhor de Saint Remy”).

Jean de Waurin, filho ilegítimo de Robert de Waurin, senescal hereditário da Flandres com ligações a João, duque de Borgonha, nasceu c. 1394 (embora o próprio afirme ter 15 anos à data de Agincourt, o que implicaria ter nascido c. 1400) e morreu nos inícios da década de 1470. O seu pai e o seu meio-irmão foram ambos mortos na batalha de Agincourt, integrando os elementos flamengos da hoste francesa. A sua crónica, intitulada *Recueil des Croniques et Anchiennes istoires de la Grant Bretagne a present nomme Engleterre par Jehan de Waurin* (“Compilação das Crónicas e Histórias Antigas da Grã Bretanha, hoje conhecida como Inglaterra”), terá sido escrita na década de 1460, como sucedeu provavelmente com a de Le Fèvre. Embora o seu autor tenha estado presente na batalha, no lado francês, não se sabe quais as funções que aí desempenhou.

Estes três relatos contêm importantes e detalhadas descrições da marcha realizada pelos ingleses entre Harfleur e Agincourt, da disposição dos exércitos no campo de batalha, do discurso motivador de Henrique V e ainda o nome de muitas das ilustres vítimas mortais do confronto.

Muitas outras crónicas e relatos, alguns dos quais serão referenciados ao longo deste capítulo, foram escritos sobre a expedição inglesa de 1415,

mas outros documentos deram um importante contributo para uma melhor compreensão dos dados que envolvem toda a operação. É o caso de diversos registos administrativos, com destaque para o ‘Rol de Agincourt’, uma lista de nomes de combatentes na batalha de Agincourt, do qual foram encontrados três exemplares, datados da segunda metade do século XVI: o mais antigo desses exemplares terá sido compilado por Robert Glover, arauto de Somerset entre 1571 e 1588, o segundo por Robert Cooke, arauto de Clarenceux, e o terceiro por Ralph Broke, arauto de York entre 1593 e 1625. Estas listagens são cópias do manuscrito original ou de cópias mais antigas desse mesmo manuscrito, que seria com toda a certeza o que foi entregue por Robert Babthorp ao Erário Régio em novembro de 1416, para que se realizassem os últimos pagamentos aos combatentes envolvidos na expedição de Agincourt. Neste documento original constavam os nomes dos homens de armas e dos arqueiros, mas nas cópias quinhentistas estes últimos foram omitidos, aparecendo o nome do líder de cada companhia, dos respetivos homens de armas e o total de efetivos, incluindo os já referidos homens de armas e os arqueiros (Curry, 2000: 407-408). Este tipo de documentação é de grande utilidade no processo de reconstituição das hostes, permitindo calcular com maior rigor os números totais de combatentes, que as crónicas tendem a exagerar.

Por fim, destacaremos um último documento: o plano de batalha elaborado, provavelmente, pelos líderes da vanguarda francesa, o condestável Charles d’Albret e o marechal Boucicaut, entre 13 e 21 de outubro de 1415, que embora não tenha sido posto em prática integralmente no confronto do dia 25 de outubro, acabou, na opinião de alguns autores, como Matthew Bennett, por ajudar a delinear a estratégia francesa na batalha.

O enredo: a Guerra dos Cem Anos

A rivalidade entre a Inglaterra e a França é uma história antiga — e longa. Tão longa que uma das etapas desse conflito, precisamente aquela na qual se integra a campanha que conduziu à batalha de Agincourt,

ficou conhecida como a Guerra dos Cem Anos (cujas balizas tradicionais são 1337-1453). Porém, as origens da rivalidade encontram-se recuando muito no tempo — recordemos um momento marcante, aquele em que um duque francês, Guilherme da Normandia, se apoderou do trono de Inglaterra ao derrotar o rei saxão, Haroldo II, na batalha de Hastings (1066). A partir desse momento, os reis de Inglaterra mantiveram sempre uma ligação com o rei de França que só poderia gerar atritos: embora soberanos de um reino independente, os reis ingleses eram em simultâneo vassallos do rei francês, em virtude de terem a posse da Normandia e de outros senhorios em França, obrigando-os a prestarem juramento de fidelidade e às demais obrigações que essa ligação implicava. A extensão do senhorio do rei inglês no continente variou ao longo do tempo, atingindo a sua maior dimensão na segunda metade do século XII, com Henrique II Plantageneta a governar a Normandia, a Aquitânia (ou Guiana, que chega às suas mãos por via do casamento com a duquesa Leonor), o Maine, o Anjou (por essa razão os Plantagenetas eram também conhecidos como Angevinos), a Touraine e o Poitou. No início do século XIII, no entanto, a balança virou a favor da Casa Real francesa. Beneficiando das debilidades da Coroa inglesa, agravadas por conflitos internos entre Ricardo “Coração de Leão” e João “Sem Terra”, e, desaparecido o primeiro, entre João “Sem Terra” e Artur da Bretanha, também pretendente ao trono inglês, Filipe Augusto de França iniciou uma política de conquistas à custa, em grande parte, das possessões inglesas no seu reino (mas também à custa dos Albigenses, contra quem liderou uma violenta guerra de cruzada). Desse modo, o rei capetíngio recuperou para o seu domínio vastos territórios: ao dar o golpe final na reação coligada dos seus adversários, copiosamente batidos na batalha de Bouvines (27 de julho de 1214), consolidou as conquistas anteriores e reduziu a presença inglesa em França praticamente ao território da Guiana.

Durante o reinado de Henrique III (1216-1272), as revoltas internas, com destaque para as lideradas por Simon de Monforte, prolongaram a instabilidade inglesa, contribuindo para preservar a hegemonia francesa nos territórios em disputa. O monarca inglês, em 1242, ainda invadiu o Poitou,

mas foi vencido na batalha de Taillebourg. Só mais tarde se colocou um aparente ponto final no conflito entre os dois reinos, com o Tratado de Paris, de 1258-59, assinado entre Henrique III e Luís IX de França, através do qual este último restituiu ao seu homólogo inglês os domínios retirados por Filipe Augusto em Cahors, Limoges e Périgueux, enquanto o primeiro se comprometeu a prestar vassalagem ao rei francês pelas possessões da Aquitânia e da Gasconha (Bennett, 1991: 7). A disputa reacendeu-se durante o reinado de Eduardo I (1272-1307), sucessor de Henrique III, prolongando-se nos reinados seguintes: a partir de então, os reis ingleses começaram a negar-se ou simplesmente a evitar prestar juramento de vassalagem ao suserano francês, a resistir à intromissão da Coroa e do Parlamento de Paris nos assuntos judiciais dos feudos na posse dos monarcas ingleses (algo que sucedia também noutros condados e ducados de França — veja-se o caso da Flandres, abordado no capítulo dedicado à batalha de Courtrai) e a contestar as fronteiras dos territórios da Guiana e do Poitou.

Em 1327, Eduardo III depôs o pai Eduardo II e subiu ao trono de Inglaterra, sendo precisamente neste reinado que o conflito conhecido como a Guerra dos Cem Anos teve o seu início. No ano seguinte, a morte de Carlos IV “o Belo” de França (que não deixou um herdeiro direto) abriu uma disputa pela sucessão ao trono francês que envolveu pessoalmente o rei de Inglaterra. Eduardo III justificou a sua pretensão por ser filho de Isabel de França, irmã do falecido rei de França, que casara com Eduardo II. No entanto, os franceses afastaram Eduardo III do trono francês invocando a chamada lei sálica, que impedia a sucessão por via feminina, entregando a Coroa a Filipe de Valois (Filipe VI), neto de Filipe III “o Bravo”.

Iniciava-se a dinastia dos Valois em França e, em simultâneo, incendiava-se novamente a contenda entre os dois reinos, quando Eduardo III se recusou a prestar homenagem ao novo monarca francês. Como retaliação, Filipe VI confiscou a Guiana e, dessa forma, o conflito agudizou-se. Após umas tréguas iniciais assinadas em Tournai, na Flandres, que durariam de 1340 a 1342, Eduardo III desembarcou nas costas da Normandia para uma campanha militar vitoriosa, com destaque para a brilhante vitória de 26 de agosto de 1346, na batalha de Crécy (que além de resultar num elevado

número de baixas francesas, incluindo nomes ilustres como o de Carlos de Alençon, irmão do monarca Filipe VI, minou profundamente a reputação deste último) e para a tomada de Calais, após um cerco que durou perto de um ano. A 19 de setembro de 1356, já com João II no trono de França, os ingleses obtiveram a seu segundo grande triunfo numa batalha campal da Guerra dos Cem Anos: a hoste de Eduardo, o “Príncipe Negro” (o filho mais velho de Eduardo III), derrotou o exército do monarca francês em Poitiers, recorrendo à mesma tática que tão bons frutos tinha dado dez anos antes. Tanto em Crécy como em Poitiers, os ingleses colocaram-se numa boa posição defensiva, optando pelo combate apeado e pela utilização eficaz dos seus arqueiros colocados nas alas contra a cavalaria inimiga. Como resultado, não só os franceses foram derrotados, mas o próprio João II foi capturado, sendo libertado só quatro anos mais tarde, na sequência da assinatura do Tratado de Brétigny-Calais (que os ingleses denominarão como a “Grande Paz”) e após se comprometerem a pagar, de forma faseada, três milhões de écus, que equivaliam a dois anos das receitas da Coroa francesa! Para além deste pesado resgate (literalmente digno de um rei), Eduardo III obteve importantes ganhos territoriais, que correspondiam a cerca de um terço do território francês e incluíam a Aquitânia (que se estendia do Loire até aos Pirenéus), Calais, o Ponthieu, o Poitou e o condado de Guines. No entanto, nem todas as cláusulas foram negativas para os franceses, uma vez que Eduardo III se comprometeu a restituir os territórios conquistados que ficassem fora dessas áreas e, mais importante ainda, renunciou para todo o sempre à Coroa francesa.

Os tempos que se seguiram não foram, ao contrário do que se esperaria, de hegemonia inglesa sobre os seus rivais franceses. Se a França vivia já uma grave crise económica (de que são sinais evidentes a sucessão já referida de derrotas militares e a *jacquerie* de 1358, facilitada pela ausência do monarca, cativo em solo inglês), também a Inglaterra sentiu os efeitos da crise económica e demográfica (importa não esquecer que estamos já na segunda metade do século XIV e a Peste Negra tinha já atingido a Europa) e da inevitável instabilidade social, com destaque para a Revolta Camponesa de 1381, encabeçada por Wat Tyler. Para agravar a situação,

a morte do “Príncipe Negro”, em 1376, e a do rei Eduardo III, em 1377, colocaram subitamente o trono nas imprevistas mãos de Ricardo II, filho do falecido príncipe e que tinha apenas dez anos de idade.

Naturalmente, a Coroa de França aproveitou a debilidade inglesa, sobretudo após a subida ao trono de Carlos V, “o Sábio” (1364-1380). Este monarca não só tratou de reestruturar a administração do reino e equilibrar as finanças régias, como conseguiu recuperar muitos dos territórios cedidos pelo tratado de paz de 1360, graças à ação determinante do seu condestável, Bertrand Du Guesclin, que analisou sabiamente o passado recente dos confrontos militares com a Inglaterra e corrigiu os erros que tinham levado às pesadas derrotas de Crécy e Poitiers. Assim, Du Guesclin pôs em prática uma estratégia de emboscadas e de devastações do território em posse do inimigo, para o desgastar de forma contínua, evitando as batalhas campais, sempre de desfecho incerto mas que pareciam pender mais para o lado inglês. Como resultado, passados cerca de 20 anos da Grande Paz, as possessões inglesas estavam reduzidas a Bordéus, Bayonne, Brest, Cherbourg e Calais! Como retaliação pelo reabrir das hostilidades por parte dos franceses em 1369, Eduardo III voltou a intitular-se “rei de França”, título que passaria para o seu sucessor.

Mais uma vez, tudo parecia desenhado para que um dos lados, neste caso a França, conquistasse uma posição duradoura de superioridade sobre o inimigo. Porém, tal como acontecera em Inglaterra, também no reino francês a situação política se alterou quando Carlos V morreu, em 1380 (nesse mesmo ano, também Du Guesclin iria perder a vida, após doença súbita contraída durante o cerco de Châteauneuf), e Carlos VI foi aclamado como novo rei francês, tendo apenas doze anos de idade. As coroas de França e da Inglaterra pousavam na cabeça de dois reis adolescentes, por esse motivo mais vulneráveis às pressões palacianas, sobretudo Carlos VI, que teve como agravante sofrer de uma doença mental incapacitante que se começaria a manifestar desde pelo menos 1392. Por essa razão, estes reinos iriam mergulhar numa grande agitação interna, o que acabou por contribuir para um período de tréguas entre ambos, que duraria de 1380 até ao final do século.

Os problemas de saúde de Carlos VI, que o deixavam incapacitado de forma temporária, mas repetida, abriram caminho para uma luta entre os grandes do reino pelo poder — não se tratava propriamente de conspirações contra o rei, como veremos que irá suceder em Inglaterra, mas de esforços no sentido de aumentarem a sua influência sobre o monarca e, sobretudo, sobre o delfim Luís. Desta forma, a França dividiu-se, *grosso modo*, em dois partidos: os Borguinhões, liderados por João “Sem Medo”, duque da Borgonha, e os Orleanistas ou Armagnacs, liderados por Luís, duque de Orleães. Os dois duques em questão tinham laços familiares entre si e com Carlos VI, como se pode observar na árvore genealógica que apresentamos: Luís de Orleães era irmão de Carlos VI, o que lhe conferia maior ligação de sangue com o rei; João da Borgonha era primo do monarca e sobrinho de Carlos V e era, em simultâneo, senhor de um extenso senhorio que incluía o ducado da Borgonha, os condados da Borgonha (que se inseria no Império Romano-Germânico), do Artois, de Charolais, de Nevers e Rethel, tendo ainda grande influência sobre o ducado de Brabante, que estava (desde 1406) na posse de um dos seus irmãos, e sobre a Flandres (a sua mãe era condessa da Flandres). Ora, o domínio da Flandres implicava necessariamente ligações com a Inglaterra pois, como se sabe, as ligações comerciais entre ambos eram bastante estreitas. Por outro lado, o facto de possuir um domínio extenso e rico e parcialmente situado fora da soberania do rei francês conferiam a João “Sem Medo” uma liberdade de ação que os seus rivais orleanistas não possuíam.

Tendo em conta o que foi referido, as ambições políticas dos líderes dos dois “partidos” eram compreensíveis e os conflitos surgidos ainda no tempo de Filipe “o Bravo” da Borgonha (falecido em 1404) agudizaram-se em 1407. Nesse preciso ano, Luís de Orleães foi assassinado em Paris a mando de João “Sem Medo”, na sequência de uma redução do número de conselheiros levada a cabo por Carlos VI (presumivelmente sob influência dos Orleanistas) e que implicou o afastamento dos apoiantes mais próximos de João da Borgonha. No início do ano seguinte, o rei publicou o perdão

do duque e afastou os que o procuraram prender, sinal revelador do seu enorme poder na corte. Em 1409, este encontrava-se em Paris, tendo reinstalado alguns dos seus apoiantes no conselho régio e assumido o cargo de único guardião do delfim. Neste mesmo ano, foi assinada a Paz de Chartres (9 de março), com Carlos VI a perdoar novamente o duque pelo crime cometido e a apelar à reconciliação entre as partes em conflito, sem grande sucesso. Em 1410, foi forjada a Liga de Gien, uma aliança entre os duques de Berry (irmão do falecido monarca Carlos V e de Filipe “o Bravo” da Borgonha), da Bretanha e de Orleães e os condes de Alençon, Armagnac e Clermont — foi nesta ocasião que se tratou do casamento entre Luís de Orleães e Bonne de Armagnac, passando os Orleanistas a ser designados também como Armagnacs. A Liga de Gien rapidamente se dissolveu após ter sido banida por Carlos VI — o monarca chegou a ameaçar os elementos da aliança de confisco de bens e a convocar um *arrière-ban*, demonstrando a intencionalidade da sua decisão. Apesar de oficialmente dissolvida, a ligação entre os principais elementos que compunham os Orleanistas manteve-se, assim como o desejo de afastar João da Borgonha da corte e do poder. A frágil reconciliação durou apenas um ano e meio e, após esse período, a França mergulhou numa guerra civil.

A situação política em Inglaterra no início do reinado de Henrique V

a) O príncipe Henrique entra em cena

O conflito entre Borguinhões e Orleanistas despoletado pelo assassinato de Luís de Orleães acabou por ser benéfico para a Inglaterra, uma vez que, como vimos, também este reino se encontrava numa situação política instável: primeiro, com a entronização de um Ricardo II muito jovem e que se revelaria incapaz de gerar os apoios necessários para fortalecer a sua posição; depois, com a deposição deste, em 1399, pelo seu primo Henrique, filho de João de Gante (duque de Lencastre) e neto de Eduardo III, que subiu ao trono como Henrique IV (recordemos que este novo monarca inglês

é irmão de Filipa de Lencastre — sobre as principais ligações familiares das duas Casas Reais, veja-se a árvore genealógica que apresentamos em anexo). Ao longo do reinado, que se prolongou até à sua morte, em 1413, Henrique IV teve de fazer face a diversas dificuldades. Destacamos a longa guerra entre a Inglaterra e Gales, os conflitos com a Escócia e a contínua contestação por parte dos apoiantes do monarca deposto. Aliás, foi precisamente na sequência de uma conspiração liderada pelos apoiantes de Ricardo II, em 1400, que visava assassinar Henrique IV e os seus filhos, que o rei ordenou a execução do seu antecessor e de diversos elementos supostamente envolvidos na trama.

Em 1401, a tensão com a França voltou a aumentar: receando uma invasão da Guiana, Henrique IV nomeou Eduardo de York para aí servir como tenente, colocando ao seu dispor uma força de cem homens de armas e mil arqueiros. No ano seguinte, os franceses cimentaram a sua aliança com a Escócia, enviando uma hoste comandada por Jacques de Heilly; este seria capturado pelos Percy, uma família próxima do futuro Henrique V, que se iria revoltar no ano seguinte contra a monarquia inglesa, e seria derrotado de forma contundente pelo exército régio na batalha de Shrewsbury, a 21 de julho de 1403. Nesse mesmo ano, Luís de Orleães liderou incursões na Guiana, interrompendo as tréguas em vigor entre França e Inglaterra. Em 1404, os franceses reconheceram Owen Glendower como príncipe de Gales, apoiando-o na sua revolta contra o domínio inglês. Novas revoltas e conspirações falhadas terão lugar em 1405 (envolvendo o arcebispo de York, Richard Scrope, executado por ordem do rei) e em 1408 (desta feita, o condenado à morte será o conde de Northumberland).

Ao longo de todo este período, a França não deixou de promover ataques de corsários que partiam de Harfleur (uma cidade situada na costa norte de França) contra as embarcações inglesas que navegavam na Mancha e no Mar do Norte, atingindo dessa forma a economia do reino. Por todas estas razões, o despoletar da guerra civil francesa acabou por favorecer os interesses da Inglaterra, ao travar as iniciativas francesas contra si e ao possibilitar a Henrique IV a adoção de uma política mais interventiva e agressiva em relação à França. Ao mesmo tempo, obrigou

os dois partidos em guerra a procurar, à vez, o auxílio inglês contra os seus oponentes. Entre 1410 e 1411, João da Borgonha encetou esforços no sentido de obter o apoio militar de Inglaterra, tendo recebido o auxílio de forças mercenárias lideradas pelo conde de Arundel. Com este reforço de seiscentos a oitocentos homens de armas e mil a dois mil arqueiros (consoante as fontes, sempre muito divergentes nestas contagens de efetivos — Monstrelet aponta mesmo para um número ainda inferior, totalizando mil e duzentos combatentes, entre cavaleiros e arqueiros — Curry, 2010: 26 e 27), João da Borgonha, agindo em representação da Coroa, conseguiu afastar os Orleanistas da região de Paris. Em 1412, foi a vez de os Orleanistas procurarem o apoio inglês, solicitando o envio de mil homens de armas e três mil arqueiros. Em troca, reconheciam a posse inglesa de todo o condado da Guiana, oferecendo mesmo apoio militar a Henrique IV para a recuperação da totalidade deste território, e comprometeram-se a transferir, após a morte dos atuais senhores, algumas das suas terras para as mãos do rei (era o caso do Poitou, na posse do duque de Berry, e de Angoulême, na posse do duque de Orleães). Este acordo foi assinado a 18 de maio, em Londres, e posteriormente confirmado em Bourges. Ao aceitá-lo, Henrique IV estava a declarar guerra à Coroa francesa.

A expedição ficou sob comando de Thomas, duque de Clarence, irmão mais novo do príncipe Henrique, facto que gerou algum desconforto no futuro herdeiro da Coroa. Na opinião de Anne Curry, o príncipe parecia não gozar de grande prestígio entre os conselheiros mais próximos do monarca. Enquanto príncipe de Gales, sentira dificuldades em conduzir de forma eficaz as operações militares contra o rebelde Owen Glendower, deixando a campanha militar arrastar-se demasiado no tempo em ações “inconclusivas” e de “pequena escala”. O seu primeiro grande cerco, a Aberystwyth, em 1407, foi um rotundo fracasso e, como consequência, no ano seguinte o príncipe Henrique detinha unicamente o comando nominal das operações em Gales, não estando presente em várias operações (Curry, 2010: 33-34). Christopher Allmand, biógrafo de Henrique V, aponta outras razões para o descrédito do príncipe no período final do reinado do pai.

Para Allmand, a experiência da guerra em Gales, que durou cerca de uma década, foi essencial na formação do jovem Henrique (tinha 14 anos quando teve de começar a lidar com a revolta galesa), pelos ensinamentos que lhe daria para o futuro:

- a importância de dominar castelos e praças-fortes para controlo militar e político efetivo de um território (permitindo, por exemplo, a cobrança de impostos);
- em conjugação com este ponto, a importância da guerra de cerco e do uso de armamento especializado (incluindo as armas de fogo, mas também os arqueiros);
- a importância da utilização do mar como via mais rápida e segura de ligação entre os vários pontos dominados no litoral;
- a necessidade de manter as hostes bem abastecidas de alimentos e de outras provisões;
- a importância de um planeamento financeiro adequado para o sucesso das operações militares, sem o qual seria difícil fazer face aos gastos com o pagamento dos soldos e diversas outras despesas (Allmand, 1992: 34-38).

Assim, Allmand é de opinião que o príncipe, aos 20 anos de idade (em 1406), tinha já uma considerável experiência de guerra real. Henrique tinha a seu favor o facto de ter estado presente na vitoriosa batalha de Shrewsbury, contra os seus antigos aliados e mentores, os Percy, na qual seria, aliás, gravemente ferido por um disparo de flecha que lhe atingiria o rosto, forçando-o a uma operação de alto risco que o deixou marcado com uma grande cicatriz e, seguramente, com a noção da grande eficácia deste tipo de armamento. O período de convalescença que necessariamente se seguiu poderá mesmo ter contribuído para afastá-lo momentaneamente do palco da guerra em Gales. Além dessa experiência, o príncipe aprendeu também a lidar com as tomadas de decisão que o seu cargo implicava. Por essa razão, desde 1406 teve uma presença regular no conselho régio e a sua influência foi essencial para a promoção de elementos da sua

família, os três irmãos Beaufort e Thomas Chaucer, que se tornaram seus aliados no jogo político da corte. Os Beaufort (John, conde de Somerset; Henry, bispo de Lincoln até 1404 e posteriormente bispo de Winchester e chanceler do reino, entre 1403-5; e Thomas, que viria também a ser chanceler em 1410) eram filhos de João de Gante e da sua terceira mulher, Katherine Swynford, e conseqüentemente irmãos do rei. Thomas Chaucer era filho do grande poeta Geoffrey Chaucer e de uma irmã da já citada Katherine Swynford. Estas alianças eram fundamentais para Henrique, pois tinha um adversário de peso no conselho régio: Thomas Arundel, arcebispo da Cantuária. As posições de ambos divergiam em diversos aspetos, nomeadamente em relação aos gastos com as despesas militares, que Henrique pressionava para serem aumentados, em virtude da guerra em Gales, e que Arundel pretendia limitar, para obter o apoio dos Comuns à governação de Henrique IV.

No inverno de 1409-1410, o rei adoeceu gravemente, ficando a governação entregue ao seu conselho, o que permitiu ao príncipe ter um papel político ainda mais ativo, conseguindo obter do pai o afastamento de Arundel, ascendendo Thomas Beaufort ao cargo de chanceler. Durante dois anos, o poder do príncipe foi incontestado, parecendo haver uma união entre este e Henrique IV. No entanto, o cenário mudou em 1411, devido à situação francesa. João da Borgonha, como já referimos, sentiu a necessidade de pedir auxílio a Inglaterra para derrotar definitivamente os Orleanistas e, pouco tempo depois, foi a vez de estes solicitarem também o apoio inglês! Ora, perante este cenário, pai e filho dividiram-se: enquanto o príncipe era favorável a uma aliança com João da Borgonha, negociando até um acordo de casamento com uma filha do conde, o rei considerava mais favoráveis as condições oferecidas pelos Orleanistas, tendo sido esta a opção escolhida, sem o apoio do príncipe (a ausência de apoio público a esta decisão régia contribuiu para a impopularidade de Henrique neste período).

As divergências em relação à França terão, em parte, levado Henrique IV a dispensar o seu conselho, no qual se encontrava o príncipe. Porém, terá também pesado nesta decisão o crescente poder que o rei via concentrar-se no seu primogénito (seguramente não terá apreciado a sugestão feita

pelo bispo Beaufort para abdicar em benefício do filho!). Assim, em 1411, Henrique abandonou o conselho, o arcebispo Arundel regressou a essa função, bem como à de chanceler, e Thomas, duque de Clarence, irmão mais novo do príncipe, foi nomeado líder da expedição a França.

Christopher Allmand e Anne Curry convergem na questão da impopularidade crescente do príncipe Henrique nos últimos anos do reinado de Henrique IV: além de não ser uma figura benquista na corte, o príncipe viu-se envolvido em acusações de conspiração contra o rei e de desvio de fundos destinados à guarnição de Calais. Numa carta por si enviada ao pai, e citada pelo autor da *Crônica de Saint Albans*, rebateu violentamente estas acusações, que considerou serem proferidas por “certos filhos da iniquidade (...) desejando (...) perturbar a linha de sucessão” (citado por Curry, 2010: 29-30). Esta visão negativa das qualidades e da prestação do príncipe perdurou no tempo, sendo credível que pudesse estar na origem da lenda de uma juventude rebelde que Shakespeare retratou na peça *Henrique IV*.

A expedição liderada por Clarence partiu de Inglaterra e desembarcou no mês de agosto em La Hogue, onde também Eduardo III tinha desembarcado em 1346. No entanto, no dia 22 desse mesmo mês, os Orleanistas acordaram a paz com Carlos VI, assinando o Tratado de Auxerre, no qual se comprometiam a acatar as determinações da Paz de Chartres (1409), a abandonar quaisquer desejos de punição dos assassinos de Luís de Orleães e a renunciar a todas as alianças feitas com a Inglaterra. Como retaliação, Clarence atacou territórios na posse dos Orleanistas, colocando a Inglaterra e a França à beira de uma guerra, que seria evitada com a assinatura de um acordo em Buzançais (14 de novembro), no qual Clarence se comprometia a retirar em janeiro no ano seguinte sem provocar mais devastações em solo francês, recebendo em troca uma compensação de 210 mil écus.

Estabelecidas as tréguas, os ingleses retiraram-se para Bordéus, para aí aguardarem a chegada da primavera e, provavelmente, reiniciarem a ofensiva. No entanto, quaisquer planos que tivessem foram travados pela notícia da morte do seu monarca — Henrique V subia finalmente ao trono!

b) O reinado de Henrique V

284

Ao subir ao trono, em 1413, Henrique V tinha pela frente importantes desafios para vencer. Em primeiro lugar, um desafio interno, o de garantir a paz no reino e a sua posição no trono de Inglaterra. Como referimos, no ocaso do reinado do pai, o príncipe não gozou de grande popularidade, tal como o próprio Henrique IV não teve o apoio incondicional dos seus súbditos (basta recordar as várias conspirações contra si, a que aludimos anteriormente) até por ser visto aos olhos de muitos destes como um usurpador da coroa de Ricardo II. Assim sendo, era fundamental congregar em torno da figura do novo monarca o apoio dos grandes do reino, que partilhavam, pelo menos em parte, o desejo de estabilidade governativa e que em muitos casos encararam a mudança no trono de Inglaterra com otimismo. Em segundo lugar, Henrique V tinha pela frente o até então irresolúvel longo conflito com a França, acentuado pelas divisões que se viviam na própria Cristandade desde a eclosão do Grande Cisma do Ocidente, em 1378.

A solução para estes dois problemas foi preparar a guerra com a França, uma decisão que foi tomada após serem pesados diversos argumentos:

- o rei inglês tinha o direito legítimo de usar as armas para fazer cumprir as determinações da Grande Paz e, dessa forma, recuperar territórios historicamente seus (nomeadamente a Guiana) e forçar os franceses a pagar o que faltava do resgate de João II;
- Henrique V invocou em simultâneo a questão da pretensão legítima ao trono de França, manifestada por todos os reis de Inglaterra desde Eduardo III;
- o momento para uma invasão parecia o mais propício, sobretudo devido à divisão entre Orleanistas e Borguinhões, que poderia ser utilizada a favor da Inglaterra e impediria, à partida, uma maior resistência face a uma expedição inglesa;
- a Inglaterra poderia solucionar o flagelo da pirataria que, sobretudo no reinado de Henrique IV e com o patrocínio francês, fustigava a

navegação inglesa e as suas comunidades marítimas. Muitos destes ataques partiam de bases em França, com destaque para Dieppe e Harfleur, o que explica a escolha desta última como alvo militar na expedição de 1415;

- a vitória inglesa contribuiria para aumentar os rendimentos da Coroa inglesa, quer forçando o pagamento do resgate de João II, quer através das rendas associadas aos senhorios que seriam recuperados e de outros frutos que uma guerra pudesse trazer;
- politicamente, uma operação desta natureza poderia unir a nobreza em torno de Henrique V, uma vez que os elementos desta ordem social viam com bons olhos uma guerra que lhes trouxesse rendimentos, após um período de dificuldades como fora o século XIV;
- a obtenção do apoio da nobreza e do Parlamento e o prestígio alcançado por uma grande vitória militar contra a França funcionariam como elementos de legitimação do novo rei — estratégia que também Henrique IV, no início do seu reinado, procurou levar a cabo, ao liderar uma operação militar contra os escoceses. Embora herdeiro legítimo do trono, Henrique V tinha ainda o peso da usurpação do trono de Ricardo II, sem a qual nunca teria chegado ao poder. Esse peso teria de ser definitivamente afastado, para garantir a estabilidade governativa do reino.

A guerra por si só poderia não ser suficiente para cimentar a imagem de Henrique V como monarca legítimo e unânime. A postura, a personalidade e algumas decisões sábias do jovem rei contribuíram para dignificar a figura régia, não apenas pessoalmente, mas de forma genérica. Uma das suas decisões que demonstra a dignidade que atribuíra ao cargo foi a de ter mandado sepultar Ricardo II em Westminster, a 4 de dezembro de 1413. Este gesto simbólico foi importante a vários níveis: em primeiro lugar, agradou seguramente aos antigos apoiantes do rei deposto, diminuindo a hostilidade que estes pudessem ainda guardar em relação ao filho do usurpador; em segundo lugar, agradou à Igreja, uma vez que cumpria uma das promessas feitas ao papa por Henrique IV para expiar a morte de Ricardo II

e, desse modo, contribuiu para construir a imagem de um rei devoto e moralmente inatacável.

286 Outro aspeto fundamental para se compreender o ascendente que Henrique V conseguiu ter sobre os seus súbditos, nomeadamente os de maior estatuto, é o seu carisma. O retrato que Matthew Bennett nos dá de Henrique V é revelador dessa qualidade:

“Um aspeto importante do sucesso de Henrique enquanto líder foi a sua capacidade de conquistar o respeito de todos, quaisquer que fossem as suas idades ou veteranias (...). Em suma, Henrique era um guerreiro medieval completo e um rei modelar (...) Não há dúvidas de que assumia as suas responsabilidades de forma bastante séria. Tinha herdado direitos em França, especialmente na Normandia, e sentia a responsabilidade de lutar por eles. Igualmente, em relação à questão da Coroa francesa, tinha uma responsabilidade familiar perante o seu bisavô, Eduardo III, para a obter, caso fosse possível. Um homem piedoso, tinha plena consciência da santidade dos bens da Igreja e do seu dever para com os súbditos (...) Além do mais, possuía coragem física e moral (...)” (Bennett, 1991: 12-13).

A coragem que Bennett confere ao novo rei inglês não pode ser contestada — o seu plano para atacar a França tinha tanto de ousado como de arriscado. Se uma vitória poderia trazer os benefícios que mencionamos anteriormente, uma derrota poderia levar Henrique a perder não só o trono, como a própria vida. A capacidade para cativar demonstrada por Henrique V permitiu que este se rodeasse de homens extremamente competentes e da sua confiança, capazes de o auxiliar na preparação da operação militar que pretendia pôr em marcha: o seu tio Henry Beaufort teve a seu cargo a obtenção dos fundos necessários para o financiamento da expedição e a gestão do recrutamento dos combatentes; o conde de Arundel encarregou-se dos pagamentos às tripulações da frota que partiria de Southampton para Harfleur, bem como do aprovisionamento de tudo o que era necessário para a dita viagem; o conde de Dorset, que detinha o cargo de almirante,

teve como missão reunir a numerosa frota necessária à expedição; Richard Courtenay, bispo de Norwich, era o homem forte do rei nas questões de espionagem e diplomacia. Para a campanha militar propriamente dita, Henrique fez-se acompanhar pelos seus irmãos, os duques de Gloucester e de Clarence, pelos condes de Suffolk, Cambridge e Oxford, pelo duque de York (seu tio), por Sir Thomas Erpingham e por Eduardo, conde de March (este último estivera envolvido numa conspiração contra o rei, que abordaremos mais adiante, mas foi perdoado e integrado na expedição).

Embora seja claro que Henrique V pretendia invadir a França, não o poderia fazer no momento imediato à sua subida ao trono. Precisava de tempo para reunir milhares de homens, entre combatentes e não combatentes, e uma armada para os transportar para França. E precisava, antes de mais, de obter os fundos necessários para financiar a guerra. Recordemos que, neste início do século XV, os combatentes envolvidos nas campanhas régias inglesas eram pagos mediante a assinatura de um contrato de prestação de serviços militares. Ora, apesar do lançamento de impostos (para os quais foi necessário convencer o Parlamento), o rei inglês viu-se forçado a contrair empréstimos avultados e a empenhar mesmo as joias da sua coleção, entregues como garantia de pagamento futuro de muitas das dívidas.

Preparar a guerra

Apesar de ter concordado com o lançamento de impostos para financiar a guerra com a França, o Parlamento exigiu ao rei que este continuasse a negociar uma solução pacífica para o contencioso. Essas negociações decorriam já desde 1413, em torno de um possível matrimónio entre Henrique V e uma das filhas de Carlos VI (Catarina, com quem viria efetivamente a casar em 1420) e, naturalmente, também sobre as questões dos senhorios em disputa entre ambos os reinos. O envio de embaixadas prolongou-se desde então até junho de 1415, ou seja, até às vésperas da partida da armada inglesa, o que demonstra que a dada altura pareceu evidente a inevitabilidade do recurso às armas — enquanto os emissários iam discutindo, os

exércitos iam sendo mobilizados... Tal não aconteceu somente em relação a Inglaterra, pois também a Coroa francesa iniciou preparativos para a guerra durante o período das negociações. Não iremos aprofundar as questões negociais que envolveram os dois reinos nestes anos que antecedem a expedição de 1415, remetendo quem nos lê para a minuciosa análise feita por Anne Curry (2010: 44-49). Queremos apenas sublinhar dois aspetos que nos parecem importantes. O primeiro é que, além de negociar com Carlos VI e o delfim Luís, Henrique V procurou também negociações à parte com João da Borgonha no sentido de criarem uma aliança entre ambos, que para alguns autores (como Anne Curry ou Christopher Allmand) não terá sido bem-sucedida, mas que para outros (como Michael Katon Jones) explica a ausência de João da Borgonha no campo de batalha de Agincourt. O segundo aspeto a destacar prende-se com a necessidade (por parte do rei inglês) de manter as negociações praticamente até ao último minuto, para que o Parlamento e a Cristandade acreditassem que, da sua parte, todos os esforços tinham sido feitos no sentido de encontrar uma solução negociada. Já em 1415, quando uma aproximação dos dois “partidos” franceses parecia vir a concretizar-se, Henrique V enviou novos emissários (em março) oferecendo condições mais favoráveis para a Coroa francesa do que anteriormente tinha feito (mais concretamente, aceitava negociar o casamento com a filha de Carlos VI de forma autónoma, sem envolver as demais questões nesse acordo). Segundo Anne Curry, esta pode ter sido uma jogada de génio por parte do rei inglês, pois sabia que, perante a reconciliação entre Orleanistas e Borguinhões ocorrida com a assinatura do Tratado de Arras, a 13 de março, e com preparativos para a guerra em marcha também em França (Carlos VI lançou nesse mesmo dia novos impostos para a defesa do seu reino), quaisquer propostas de paz vindas de Inglaterra seriam recusadas e a responsabilidade de o confronto militar se tornar inevitável passaria para os franceses.

Vejamos agora como se recrutaram os combatentes ingleses. Todo o processo passava pela realização de contratos standardizados na forma e no conteúdo. Formalmente, estamos a falar de documentos conhecidos como “cartas partidas”, por serem feitos em duplicado no mesmo suporte

e cortadas (“partidas”) em ziguezague, ficando cada uma das partes com o seu exemplar (validado pelo selo da outra parte) como comprovativo do que ficara acordado. O corte em ziguezague era intencionalmente feito para impedir a falsificação de uma das parcelas do documento, bastando para tal voltar a encaixá-las para se comprovar ou refutar a sua autenticidade. Para a campanha de 1415, a grande maioria destas cartas foram assinadas no dia 29 de abril entre a Chancelaria Régia e os capitães. Note-se que o rei não recrutava combatentes diretamente, deixando essa tarefa a cargo dos capitães. Neste caso específico, os registos mostram que 320 “capitães” assinaram contrato com a Coroa, um número bastante mais elevado do que o habitual em expedições anteriores. Na campanha liderada pelo duque de Clarence, três anos antes, apenas três companhias foram reunidas, mas estas eram bastante numerosas. Em 1415, apesar de se registarem muitas companhias, estas eram geralmente compostas por poucos elementos (cerca de 120 capitães apresentaram-se com uma companhia inferior a dez combatentes). Anne Curry explica esta particularidade: todos queriam servir numa guerra contra um grande inimigo comum (a França) e sob comando pessoal do seu rei!

Os capitães comprometiam-se a mobilizar um determinado número de combatentes que formariam o seu séquito, ficando discriminado o número de homens de armas e o número de arqueiros e demais combatentes. Era necessário registar de antemão o número de nobres (e o seu respetivo título — duque, conde, cavaleiro...), uma vez que o soldo pago a estes elementos era superior, dado o seu estatuto social. O dinheiro a isso destinado era entregue ao capitão em prestações, uma parte no momento da assinatura do contrato (sem o qual poderia ter dificuldade em recrutar combatentes para a sua companhia) e o restante seria pago mais tarde. Os contratos definiam também a duração da campanha militar (neste caso concreto, doze meses), o local (evocado em termos genéricos, como “França” ou “Guiana”) onde esta iria decorrer e os termos da partilha dos despojos e do resgate dos prisioneiros capturados (no caso de prisioneiros de elevado estatuto — recordemos o caso do rei João II de França — estes deveriam ser entregues à Coroa, mas quer o capitão quer os seus homens receberiam

uma compensação monetária). A partir deste momento, cabia a cada um dos capitães reunir o número e o tipo de combatentes previamente acordado, formando a respetiva companhia, que deveria apresentar-se em local a designar pelo rei. No caso da expedição de 1415, foi escolhida como ponto de concentração a cidade portuária de Southampton e outras povoações das redondezas. Aí se apresentaram as diversas companhias para serem inspecionadas por elementos ligados ao Tesouro régio, que tinham como obrigação confirmar se o número de homens inicialmente negociado tinha sido efetivamente recrutado.

O número de homens que embarcaram de Southampton em direção a França não é, como acontece na maioria dos casos de hostes medievais, possível de determinar com rigor. As fontes escritas dão, como seria de esperar, valores totalmente distintos: John Capgrave (*De Illustribus Henricis* — “O Ilustre Henrique”) refere 9000 homens; o autor anónimo da *Gesta* aponta para um valor aproximado de 12 000 combatentes; Thomas Basin (“História de Carlos VII”), 12 000 a 15 000; Enguerran de Monstrelet, 30 000; Perceval de Cagny (“Crónica de Percebal de Cagny”) 80 000 a 100 000! Os historiadores modernos inclinam-se para valores mais moderados, próximos dos que apresenta a *Gesta*. Matthew Bennett aponta um total de 2500 homens de armas e 8000 arqueiros (metade a cavalo, metade a pé) e 200 homens para operar engenhos (mangonéis e trabucos) e artilharia, acompanhados por cerca de 900 a 1000 não combatentes, incluindo 20 cirurgiões, 29 capelães, 15 menestrelis (Juliet Barker refere 18, incluindo 3 trombeteiros, 3 tocadores de gaitas de foles e um flautista!), 120 mineiros e 124 carpinteiros, e 10 000 cavalos (Bennett, 1991: 32-38; Barker, 2005: 136-139). Michael K. Jones aponta para valores semelhantes: 2000 homens de armas e 9000 arqueiros (Jones, 2005: 55). Anne Curry (2010: 76-78) calcula que a hoste inglesa totalizaria cerca de 12 000 combatentes, dos quais cerca de 2300 eram homens de armas (aproximadamente 20% do número total de efetivos). A mesma autora sublinha que, neste período após a Peste Negra, dificilmente se conseguiria reunir um exército mais numeroso: a hoste de Eduardo III que participou na campanha de 1346 tinha 14 000 homens e a de Clarence, em 1412, não ultrapassaria os 4000. Quanto ao número de cavalos, este ex-

cederia o número de homens, uma vez que cada cavaleiro levava mais do que uma montada: a companhia de Sir John de Rhuthin incluía 44 homens e chegará ao final da campanha com 96 cavalos, enquanto os homens de armas da companhia do duque de York levavam dois cavalos cada um.

Todos estes homens e o respetivo equipamento embarcaram em navios na sua maioria fretados na Holanda e na Zelândia, o que elevou as despesas da expedição, mas ao mesmo tempo não afetou os mercadores ingleses, pouco disponíveis para ceder as suas embarcações (que eram, aliás, de menor tonelagem do que as que vieram dos Países Baixos). Embora algumas crónicas apontem para uma armada composta por 1500 embarcações (valor também apontado por Christopher Allmand), Matthew Bennett considera esse número excessivo, sugerindo um total de 300 embarcações, valor mais credível e ainda assim bastante elevado, tendo em conta que a frota régia em 1415 teria apenas 13 navios e, em 1417, a armada permanente de Henrique V contava apenas com 30. Apesar de elevado, o número de embarcações que compuseram a frota que partiu de Southampton revelou-se insuficiente para transportar todos os homens disponíveis para embarcar — muitos só fariam a viagem mais tarde!

Antes de partir, Henrique V não descurou a defesa do reino, reforçando militarmente as fronteiras com a Escócia e com Gales (essas regiões foram, em parte, poupadas já no recrutamento para a expedição a França). A 24 de julho, redigiu o seu testamento (ato que muitos outros nobres repetiram, antecipando a possibilidade real de perderem a vida), ofereceu esmolas a trinta pobres durante um ano, encomendou 20 000 missas pela sua alma, caso morresse em França, e enviou uma última missiva ao monarca da flor-de-lis, apelando mais uma vez à paz e justificando a iminente intervenção armada que iria liderar.

A partida estava marcada para o dia 1 de agosto de 1415. Na véspera, Henrique V foi informado de uma grave conspiração contra si, o que o forçou a adiar o embarque. A denúncia foi feita pelo jovem (23 anos) Edmundo Mortimer, conde de March. Segundo ele, um grupo de conspiradores preparava-se para depor o rei, substituindo-o pelo próprio Mortimer! Entre os conspiradores, estavam importantes figuras da nobreza inglesa, entre os

quais Ricardo, conde de Cambridge (irmão mais novo do duque de York), Sir Thomas Grey e Lord Scrope de Masham, um dos conselheiros mais próximos do monarca, além de uma série de nobres do norte de Inglaterra, alguns com ligações aos Percy. O plano era complexo e envolveria uma invasão por parte dos escoceses ao norte de Inglaterra, que Percy iria apoiar, uma revolta em Gales, liderada por Owen Glendower, e um levantamento popular provocada pelo líder dos Lollardos, o proscrito John Oldcastle. Feita a denúncia, os cabecilhas foram rapidamente capturados, visto estarem presentes em Southampton (supostamente) para participarem na expedição a França. Lord Scrope, o conde de Cambridge e Sir Thomas Grey foram então levados a julgamento. Scrope negou as acusações, declarando-se culpado simplesmente por ter tido conhecimento da conspiração e não a ter denunciado ao rei, os restantes declararam-se culpados. Grey foi decapitado no dia 2 de agosto; Scrope e Cambridge foram ambos condenados a serem arrastados pelas ruas, enforcados e decapitados. Cambridge, por decisão régia, acabaria por ser poupado aos dois primeiros tormentos, sendo simplesmente decapitado, mas Scrope não teve a mesma sorte. Quanto a Mortimer, em nome de quem toda a trama foi tecida, recebeu o perdão de Henrique V. Na época, suspeitou-se do envolvimento francês na conspiração de Southampton (a aliança com a Escócia, por um lado, e os contactos recentes de Scrope com embaixadores franceses, por outro, apontavam nesse sentido), mas não há provas que o demonstrem. Porém, a França teria muito a ganhar com o golpe: se não tivesse sido denunciada pelo conde de March e se todos os envolvidos participassem da forma planeada, a revolta poderia efetivamente alastrar pela Inglaterra, forçando o rei inglês a abandonar (ou a adiar por longo período) a sua ambiciosa expedição continental.

Preparativos franceses

Em março de 1415, o rei Carlos VI lançou impostos para financiar a defesa do seu reino perante a iminente invasão inglesa. Seguiram-se alguns meses de incerteza e de prolongamento das negociações, uma forma de

se conseguir o tempo necessário para recolher o dinheiro dos impostos — tratava-se de uma operação morosa, que só estaria concluída no início de agosto. Essa demora atrasou, é claro, o processo de recrutamento de homens. Entretanto, o delfim, dada a doença do pai, foi nomeado capitão-general de todas as fronteiras, um sinal revelador da dificuldade dos franceses em prever o local que seria alvo do ataque inglês. Na prática, havia dois cenários possíveis: uma invasão a partir da Guiana, ou da Normandia, onde os ingleses possuíam territórios que serviriam de porto de abrigo para os seus exércitos. A Guiana tinha como desvantagem possuir fronteiras demasiado extensas, que possibilitavam ataques a partir de diversos pontos. A Normandia, onde os ingleses dominavam Calais, tinha a vantagem de ser a região costeira de França mais próxima da Inglaterra e desembarques nessa região já tinham sido realizados com sucesso em ocasiões anteriores (Eduardo III, em 1346, e o duque de Clarence, em 1412, desembarcaram em La Hougue, situada nas proximidades de Cherbourg).

Acreditamos que os franceses consideravam um desembarque na Normandia como a opção mais provável, tendo em conta as instruções dadas pelo conselho régio, em junho, às autoridades da região para que se fizessem reparações nos equipamentos defensivos das diversas povoações, se ordenassem vigias constantes e se verificasse o material de guerra armazenado. Em julho, o sistema defensivo da Normandia estava a cargo de dois homens, o duque de Alençon e o marechal Boucicaut. Nos meses de julho e agosto, foram reforçadas as guarnições de diversas cidades normandas. Porém, a incerteza em relação ao local exato do desembarque obrigou os franceses a dividirem as suas forças. Caso tivessem tido conhecimento prévio do local de desembarque, poderiam concentrar aí uma hoste suficientemente numerosa para impedir o sucesso da operação inglesa, mas Henrique V e os seus conselheiros mais próximos (que sabiam que o destino da armada seria Harfleur desde o mês de abril!) conseguiram guardar o segredo. Como manobra de diversão, as forças inglesas de Calais realizaram, neste período, uma série de ataques para sul, atingindo a região de Boulogne-sur-Mer, dando a entender que o desembarque poderia ser nesse local. Em suma, os franceses foram forçados a esperar que Henrique V desse o próximo passo.

Início da campanha de Agincourt: a conquista de Harfleur

294

O próximo passo foi a conquista de Harfleur. A armada inglesa levantou âncora de Southampton a 11 de agosto (domingo) e ancorou a menos de 5 km de Harfleur. Já anteriormente referimos que a escolha desta cidade como alvo se devia, em parte, ao seu papel de refúgio dos corsários que assaltavam as embarcações inglesas e as suas povoações costeiras, mas outros fatores pesaram na escolha: a cidade situava-se junto à foz do Sena, na margem norte, sendo um ponto-chave para o controlo da navegação de um rio que subia até Rouen e Paris; essa região costeira era bem conhecida pelos marinheiros ingleses e a própria cidade tinha sido visitada (e avaliada) por alguns dos embaixadores que Henrique V enviara recentemente a França. Sabia-se, portanto, que o desembarque de um número tão elevado de homens, cavalos e equipamentos poderia ser feito em segurança, como de facto veio a ocorrer na manhã do dia 14. Antes do amanhecer, uma patrulha foi enviada para reconhecimento do terreno e para encontrar um local adequado para o rei se instalar. Segundo Titus Livius, um dos cronistas que narrou esta campanha militar, Henrique V foi o primeiro a desembarcar (para evitar tentativas de dispersão dos seus homens), seguido pelo seu numeroso exército, tendo o rei ordenado cavaleiros alguns dos seus companheiros. No dia seguinte, foi celebrada a festa da Assunção de Nossa Senhora, enquanto se procedia ao desembarque do equipamento, o que só terá terminado a 17 de agosto.

No dia 18, dispondo o seu exército em três batalhas (a vanguarda à direita, liderada pelo duque de Clarence, o corpo central liderado pelo rei e a retaguarda, à esquerda, liderada pelo conde de Suffolk), Henrique V avançou para Harfleur para dar início ao cerco. Harfleur era uma cidade situada num local elevado e de difícil acesso, com exceção do lado sul, que desembocava no Sena. Porém, não só o seu porto era protegido por torres, como esta área mais baixa se encontrava inundada, provavelmente por ação da população, que desviou as águas do rio Lézarde (um afluente do Sena) de forma a provocar esse efeito. Além destas barreiras, a cidade era defendida por um pano de muralha que cobria uma área de 21 hectares,

reforçado por 24 torres e protegido por valas com cerca de quatro a cinco metros de profundidade em toda a sua extensão e alagadas (pelo menos parcialmente). As três portas que permitiam a comunicação com o exterior estavam protegidas por barbacãs de madeira, reforçadas no seu interior com mais madeira e terra.

Além de uma guarnição composta por homens de armas e pelo habitual corpo de besteiros (cujo número de efetivos desconhecemos, mas que não era seguramente elevado, dado que a cidade não tinha castelo e, nessas condições, os centros urbanos resistiam a albergar soldados no seu interior), Harfleur recebeu alguns reforços a partir do momento em que se soube da aproximação da armada inglesa: as crónicas apontam para a chegada, a 10 de agosto, de uma companhia de 34 homens de armas e, a 18, de uma companhia de 300 lanças sob o comando de Raoul de Gaucourt (o nobre que assumirá, de acordo com o autor da *Gesta*, o cargo de alcaide da cidade). Harfleur dispunha ainda de artilharia e de engenhos para defesa contra uma operação de cerco. A tarefa dos ingleses adivinhava-se difícil, e assim foi de facto.

Os navios ingleses bloquearam o acesso à cidade e os sitiados dispuseram as suas forças em diferentes pontos, de modo forçar os sitiados a dividir-se: a sul, numa posição virada para a porta do Leure, numa pequena elevação (monte Lecomte), ficaram a maioria do exército inglês e o acampamento do rei; do lado oposto da cidade, a norte, junto à porta de Montvilliers, por onde Gaucourt entrara antecipando-se *in extremis* ao inimigo, ficaram as forças comandadas pelo duque de Clarence (veja-se a figura em anexo, “The Siege of Harfleur”, da autoria de Matthew Bennett). As tentativas de minar os muros fracassaram, devido à reação francesa e ao efeito das águas que cobriam parte do solo em redor das muralhas. Em simultâneo, os ingleses fustigaram Harfleur recorrendo à artilharia e aos engenhos neurobalísticos, lançando mesmo alguns projéteis incendiários, além dos convencionais em pedra, que foram desgastando quer os muros quer o ânimo dos sitiados. Estes não deixaram de responder, recorrendo às suas armas de sítio e a surtidas que procuraram realizar de forma regular, com o intuito de destruir as armas dos ingleses e de causar baixas entre os seus homens.

O tempo foi passando, até que, a 16 de setembro, John Holland conseguiu capturar o bastião (barbacã) que impedia o acesso à porta do Leure, aumentando a confiança inglesa e desmoralizando irremediavelmente o inimigo. No dia 17, Gaucourt negociou os termos da pretesia: os ingleses aguardariam cinco dias, até 22 de setembro, para que Carlos VI ou o delfim viessem em socorro da cidade; caso tal não sucedesse, Harfleur deveria entregar-se, livrando-se dos efeitos devastadores que o prolongar do cerco e as consequentes pilhagens iriam acarretar. O socorro do monarca francês não chegou e Henrique V tomou posse da sua nova conquista no dia 23 de setembro.

A conquista de Harfleur deixou, no entanto, as suas marcas entre os ingleses. Para além da longa duração do cerco (prolongara-se por cinco semanas, atrasando toda a operação em França), sofreram baixas significativas, não apenas devido aos combates, mas sobretudo pela epidemia de disenteria que atingiu o seu exército! Aponta-se como causa para este surto epidémico a existência de águas estagnadas próximas dos acampamentos e o consumo de marisco capturado no estuário do Sena e, provavelmente, também contaminado. Allmand refere ainda como causa o consumo de fruta verde. O recurso a esses alimentos é revelador do problema da escassez de alimentos que atingiu o acampamento inglês — lembremos que não era prática comum o exército ser alimentado (ou mesmo armado) pelo seu rei (nesta expedição, só uma centena de indivíduos seria alimentada pela Casa Real), pelo que cada capitão deveria levar, segundo as instruções recebidas, comida suficiente para alimentar a sua companhia durante noventa dias. Porém, os relatos dão-nos conta da falta de vitualhas entre os sitiados ainda durante o período do cerco de Harfleur, apesar dos aprovisionamentos feitos em Inglaterra, das pilhagens nos campos agrícolas das redondezas e dos pedidos lançados, por exemplo a Bordéus, para fornecimento de alimentos e de vinho, no dia 3 de setembro. A disenteria, que era uma causa frequente de morte no século XV, atingiu os intestinos dos homens infetados, causando-lhes espasmos dolorosos, febres elevadas e diarreias que levaram a um elevado nível de desidratação.

A falta de higiene e de adequados cuidados médicos fez com que este surto ceifasse muitas vidas e debilitasse muitos outros combatentes, obrigando

o rei a permitir o seu regresso a Inglaterra juntamente com os feridos, para serem convenientemente tratados e, caso recuperassem, poderem mais tarde juntar-se à expedição. A *Gesta* conta-nos que 5000 homens foram evacuados nessas condições, o mesmo valor apontado por Thomas Elmham no seu *Liber Metricus de Henrico Quinto* (“Livro em Métrica [verso] de Henrique Quinto”), enquanto Monstrelet e outros cronistas apontam para 2000 mortos. O que nos dizem os historiadores? John Keegan, no estudo que fez da batalha de Agincourt, integrado no seu clássico *O Rosto da Batalha*, diz-nos que o exército inglês perdeu cerca de 1/3 dos seus efetivos, enquanto Juliet Barker aponta para 1/3 a 1/4 do total de combatentes. Apesar das divergências entre as diferentes fontes, diz-nos ainda esta historiadora que “os cronistas de ambos os lados do conflito partilhavam uma certeza: mais homens morreram afetados pela doença em Harfleur do que durante os combates em toda a campanha” (Barker, 2005: 214-215). Entre as vítimas mortais mais ilustres da disenteria, contavam-se o bispo de Norwich e o conde de Arundel (casado com Beatriz, filha natural de D. João I de Portugal); quanto ao nosso já conhecido Mortimer, conde de March, também foi atacado pela doença e transportado para Inglaterra, onde acabaria por recuperar. Clarence, o irmão do rei, foi também enviado para Inglaterra, sob pretexto de ter sido atingido pela doença. A “Crónica de Adam Usk (1377-1421)” refere que...

... “Muitos morreram de disenteria durante o cerco; milhares de outros regressaram a casa. Alguns foram legitimamente, tendo obtido permissão para o fazerem, enquanto outros regressaram como inválidos por estarem doentes, mas houve ainda outros que ... simplesmente desertaram...” (citado por Jones, 2005: 64)

Esta passagem alude a um outro problema recorrente que preocupava os comandantes dos exércitos: as deserções. Por essa razão, foi feito um registo detalhado de todos os homens que regressaram com autorização régia a Inglaterra, uma vez que só estes receberiam o soldo que tinha sido acordado no contrato inicial; dessas listagens dos inválidos que receberam licença para regressarem a Inglaterra constam 1693 nomes.

Um outro fator que também contribuiu para a perda de combatentes para as etapas seguintes da expedição foi a necessidade de manter em Harfleur uma guarnição capaz de a defender. Henrique designou para esse efeito uma força de 1200 homens (300 homens de armas e 900 arqueiros) sob o comando do seu tio Thomas Beaufort, conde de Dorset (valor sugerido por Anne Curry, ligeiramente inferior ao de cronistas como Titus Livius e Le Fèvre, que referem uma guarnição de 2000 homens — o último divide-os entre 500 homens de armas e 1500 arqueiros). Outra medida tomada em prol da segurança da cidade foi a expulsão de milhares dos seus habitantes, sobretudo mulheres e crianças. Dessa forma, diminuía-se o número de pessoas que seria necessário alimentar, aumentando o tempo que a cidade aguentaria um eventual cerco. Como era usual nestas situações, algumas casas foram confiscadas, quer para albergar os novos senhores da cidade, quer como medida de punição para os que resistiram ao cerco — os que não ofereceram resistência foram perdoados por Henrique V, uma forma de passar uma mensagem clara a outras cidades que iria encontrar na sua marcha: a colaboração pacífica seria recompensada e a resistência seria esmagada!

A perda de homens que o exército de Henrique V sofreu tinha de ser colmatada, caso contrário todos os seus planos imediatos seriam postos em causa. Os navios que levaram os feridos e os doentes para o reino iriam trazer reforços (lembramos que muitos ficaram em Southampton aquando da partida da armada, por não terem tido vaga para embarcar), mas para isso o monarca necessitava de tempo. Assim sendo, no dia 26 de setembro, apenas três dias após a entrada em Harfleur, Henrique V enviou ao delfim um desafio para um combate entre ambos, uma provocação que alguns autores consideram uma resposta a um insulto anterior. Antes da invasão, o delfim terá enviado a Henrique pequenas bolas (que Shakespeare, no seu *Henrique V*, designou como “bolas de ténis”, possivelmente destinadas a jogar uma variante do jogo da péla). Com este gesto provocatório, estaria o delfim a sugerir que tal divertimento seria uma melhor ocupação para o jovem rei do que pretender ocupar o trono de França. Embora se questione a autenticidade deste episódio, a verdade é que ele surge em algumas crónicas inglesas e na referida peça de Shakespeare, sinal de que — autêntico

ou não — seria parte integrante da lenda popular em relação a Agincourt. O delfim, naturalmente, não respondeu ao contra-desafio, nem Henrique esperava que o rival o fizesse. Mas, graças a esse pequeno estratagema, o rei inglês não só ganhou tempo para a chegada dos reforços vindos de Inglaterra, como moralizou os seus homens, que podiam agora imaginar o exército francês que em breve poderiam ter de enfrentar a ser comandado por um líder fraco...

Conselho de guerra — o que fazer?

Além de aguardar pela resposta do delfim e da chegada do seu exército, Henrique aproveitou o tempo para reunir o seu conselho e decidir o passo seguinte. Uma certeza havia para já — era importante sair de Harfleur. A permanência na cidade de milhares de combatentes iria diminuir rapidamente a quantidade de alimentos disponíveis e a presença do rei inglês dentro das suas muralhas por muito mais tempo iria atrair o exército francês que então se reunia, submetendo a cidade a um novo cerco e pondo em perigo a conquista efetuada. O regresso a Inglaterra, que fora sugerido por alguns dos seus conselheiros, também não era exequível — parte dos navios que tinham sido fretados na Holanda e na Zelândia tinham entretanto regressado e a armada régia ficaria em Harfleur para sua defesa. Além do mais, regressar a Inglaterra (que tinha recebido os feridos e os doentes que resultaram do cerco e onde corriam já rumores desfavoráveis acerca da campanha) apenas com uma praça conquistada seria pouco prestigiante para Henrique V — como poderia ele consolidar a sua imagem e a sua posição no trono inglês e continuar a defender os seus direitos em França perante tão ténue exibição de força? Algo mais tinha de ser feito.

Tendo em conta estas premissas, ao rei só restava uma hipótese: deixar a cidade e seguir por terra para outro destino, numa demonstração de força no território que declarava ser legitimamente seu. Uma carta de 3 de setembro enviada para Bordéus mencionava a hipótese de Henrique V avançar para Rouen e, depois, para Paris. A hipótese não era de todo improvável,

pelo menos do ponto de vista de Carlos VI e do delfim, que durante muito tempo evitaram avançar com o exército régio até Rouen (cidade mais próxima de Harfleur, seguindo a linha do Sena, como já anteriormente fizemos referência), até terem a certeza de que o rei inglês não seguiria na direção dessa cidade. No entanto, a longa duração do cerco e o efeito devastador da disenteria terão obrigado Henrique V a alterar esses planos, se realmente estiveram em cima da mesa. O inverno estava a chegar e a decisão racional seria a de realizar uma *chevauchée* (cavalgada) em território inimigo (ou, na perspectiva do monarca, em terra sua) e encontrar um porto seguro onde aguardar a chegada da primavera para, nessa altura, prosseguir com as operações militares, uma prática habitual na guerra medieval. Contra a opinião da maioria do seu conselho, Henrique V optou por marchar para Calais, o local seguro mais próximo de Harfleur (outra opção seria Bordéus, muito mais distante). Embora alguns dos cronistas tenham dado a entender que a marcha inglesa foi pacífica, o cronista Waurin relatou precisamente o oposto, ao escrever que “... o rei de Inglaterra viajou no meio das suas tropas através das terras da Normandia, queimando e destruindo tudo à sua frente” (Curry, 2000: 145).

Michael K. Jones considera que a marcha para Calais fez parte de um plano de Henrique V para atrair os franceses a uma batalha, precisamente através de uma *chevauchée* à imagem das que Eduardo III fizera no século anterior e que tiveram como consequência a vitória em Crécy. Henrique, tal como o seu antecessor, procuraria assim resolver a contenda com a França através de uma batalha decisiva, algo que, segundo o mesmo autor, não seria irrealista, uma vez que o exército inglês se tinha reforçado com a chegada de novos combatentes, perfazendo um total de 8000 homens, enquanto o exército francês não seria ainda superior a 9000. O equilíbrio de forças tornava, desse modo, possível uma vitória das hostes inglesas, para mais estando comandadas (Jones enfatiza este ponto) por um brilhante e experimentado estratega militar, capaz de unir e motivar os seus homens, e tendo do outro lado um exército indisciplinado e sem liderança forte (seria liderado por um rei atacado pela loucura ou por um delfim temeroso?). Diz o mesmo autor que esperar por reforços para realizar uma

chevauchée tradicional não seria uma opção lógica por parte do rei inglês e que havia, sim, uma urgência em travar uma batalha campal, uma vez que, embora inicialmente equivalente, a relação de forças entre os dois exércitos começaria, com o tempo, a desequilibrar-se: a disenteria continuaria a ceifar vidas entre os ingleses e novos reforços chegariam para engrandecer as hostes adversárias, que ficariam gradualmente mais moralizadas (Jones, 2005: 69-76); vencida a batalha, o rei poderia então regressar em triunfo a Inglaterra! Já Anne Curry, na linha de Christopher Allmand e de John Keegan, têm uma interpretação diferente da opção tomada por Henrique V: a marcha para Calais teria como objetivo encontrar um local seguro que permitisse o regresso a Inglaterra ou a preparação de uma nova ofensiva, *evitando* travar com os franceses uma batalha demasiado arriscada, com um exército doente e faminto. Para Anne Curry, se fosse esse o objetivo do monarca, teria conduzido o seu exército na direção dos seus inimigos, ou seja, para sul, a caminho de Rouen.

Quaisquer que tenham sido as intenções de Henrique V, os ingleses partiram efetivamente de Harfleur no dia 9 de outubro e, levando consigo mantimentos para oito dias de viagem, seguiram ao longo da linha costeira na direção de Calais. Nesse período, o exército deveria percorrer cerca de 230 km, mas, novamente, a realidade mostrou-se bastante mais dura do que o planeado: a marcha durou um total de 22 dias e a distância percorrida foi superior a 400 km! Tal ficou a dever-se à ação dos franceses, como veremos de seguida.

As medidas defensivas francesas

Recuemos um pouco no tempo para acompanharmos a reação francesa à invasão adversária. Como vimos, os franceses não tiveram hipótese de antecipar o local de desembarque da frota de Henrique V, de maneira a impedir esse movimento. Não deixaram, no entanto, de reforçar a costa norte com mais homens. Pelo menos desde 12 de agosto, dois dias antes do desembarque, diversas companhias encontravam-se nas proximidades de Rouen, comandadas

pelo marechal Boucicaut e pelo condestável d'Albret, entre outros nobres (um dos problemas apontados aos exércitos franceses foi precisamente a ausência de um comando unificado). À data da invasão, Carlos VI e o delfim Luís aguardavam em Paris a chegada de notícias, pois só após a confirmação do ataque seria possível convocar de forma maciça os franceses para a guerra.

O cerco de Harfleur começou a 18 de agosto e, dez dias depois, o rei francês fez anunciar uma *semonce des nobles*, um apelo público à participação dos nobres das regiões da Normandia e da Picardia, que já estariam de pré-aviso face à iminência de uma ofensiva, e que a partir desse momento ficariam sob comando do duque de Alençon; a 30 de agosto, foram mobilizados nobres, arqueiros, besteiros e demais combatentes (maioritariamente da região, por uma questão de rapidez) para se colocarem sob as ordens do delfim, em Rouen. Tal como no caso do exército inglês, os combatentes franceses também assinavam contratos e recebiam soldo. Dadas as dificuldades financeiras da Coroa francesa, o número de homens então reunidos não ultrapassaria inicialmente os 9000, divididos entre 6000 homens de armas e 3000 arqueiros.

No dia 1 de setembro, o delfim partiu de Paris e estabeleceu a sua base em Vernon, onde chegou 12 dias depois. Foi aí que recebeu a notícia da queda iminente de Harfleur e o desesperado pedido de auxílio do seu alcaide, ao qual não havia qualquer possibilidade de responder de forma positiva, uma vez que os franceses estavam ainda em fase de mobilização. A 7 de outubro, um dia antes da partida de Henrique V na direção de Calais, Carlos VI reuniu-se com o filho em Vernon e só quando ficou clara a rota que o monarca inglês tomara é que ambos avançaram até Rouen (12 de outubro). Como analisa Anne Curry, não o fizeram antes por recearem um ataque de Henrique V a essa cidade — um cerco inglês ao rei e ao delfim seria um risco que não poderiam correr, não só pelas consequências diretas dessa situação, mas também porque ambos receavam que João “Sem Medo” pudesse aproveitar a oportunidade para avançar novamente para Paris. Aliás, a desconfiança face ao duque da Borgonha era de tal ordem que lhe foi pedido (segundo uma carta reproduzida na “História de Carlos VI”, de Juvenal dos Ursinos) que enviasse tropas para a guerra contra os ingleses, mas que não comparecesse em pessoa! Este pedido poderá ter duas leituras, e até complementares: pode

ter sido o resultado de uma desconfiança em relação à lealdade de João “Sem Medo” ou de um receio de que a sua presença junto dos Orleanistas pudesse reacender os conflitos só muito recentemente sanados. O que sabemos com toda a certeza é que o duque esteve ausente na batalha de Agincourt, embora muitos dos seus vassalos tenham participado no confronto.

Entre os franceses, tendo em conta as suas ações, o plano passou primeiro por evitar enfrentar os ingleses e vigiá-los à distância, desgastando-os e impedindo-os de causar grandes danos (na linha do que fizera o condestável Bertrand Du Guesclin). Os comandantes mais experientes olhavam desde o início com desconfiança para a opção da batalha campal — o duque de Berry era um desses comandantes. Gilles Le Bouvier (conhecido como o arauto de Berry, por ter servido o duque nessa função) conta-nos que, nas vésperas do confronto em Agincourt, quando alguns nobres lançaram um desafio ao rei inglês para uma batalha e informaram disso Carlos VI para este estar presente...

...“o duque de Berry, seu tio, não quis que o rei concordasse com isso, e ficou muito irritado por terem os nobres concordado em combater. Ele não queria que o rei estivesse presente e tinha muitas dúvidas acerca da batalha, porque tinha sido na de Poitiers que o seu pai, o rei João, tinha sido capturado. Disse que seria melhor perder só a batalha do que perder em simultâneo o rei e a batalha” (in Curry, 2000: 180).

Entretanto, no norte, foram sendo tomados alguns cuidados para concretizar o segundo objetivo do plano — dificultar a travessia do Somme, rio que o exército de Henrique V teria forçosamente de cruzar (como no passado fizera Eduardo III) para chegar a Calais. As possíveis passagens foram destruídas, barradas com estacas e/ou vigiadas pelas forças locais para forçar o inimigo a deslocar-se o mais possível e a desgastar-se, o que conseguiram com grande sucesso, ganhando o tempo necessário para reunir um exército mais numeroso e, então sim, tentar forçar os ingleses a negociar ou a travar uma batalha em condições muito desfavoráveis!

De Harfleur a Agincourt

304

A 9 de outubro, escreveu Monstrelet, “o rei de Inglaterra partiu (...) com o objetivo de marchar até Calais, acompanhado por 2000 homens de armas e cerca de 13 000 arqueiros, e um certo número de outros soldados” (Curry, 2000: 145). Este valor não é consensual. O autor da *Gesta* apresenta números mais baixos: descontando as vítimas da disenteria, “que levou muitos mais dos nossos homens, tanto nobres como outros, do que a espada”, os mortos e “os que foram escolhidos para guardar a cidade e aqueles que, por pura cobardia deixaram ou antes desertaram o seu rei”, restavam para seguir Henrique V “não mais do que 900 lanças e 5000 arqueiros capazes de desembainhar a espada ou aptos para combater” (in Curry, 2000: 27). Anne Curry sugere 9000 homens (a grande maioria a cavalo, dado o elevado número de montadas que tinha sido trazido de Inglaterra) e Matthew Bennett repete os valores do Capelão. Este último cronista refere que o exército inglês partiu organizado em três batalhas, um dado que Waurin e Le Fèvre confirmam: a vanguarda era liderada pelos condes de Kent e Sir John Cornwall, o corpo central era naturalmente chefiado pelo rei e integrava o duque de Gloucester, o conde de Huntingdon e o seu irmão Lord Roos, entre outros; por fim, a retaguarda era comandada pelo duque de York e pelo conde de Oxford.

A marcha seguiu ao longo da costa normanda até Blanchetaque, nas margens do Somme, onde os ingleses chegaram a 13 de outubro com a intenção de atravessar para a margem direita do rio. A vanguarda francesa, liderada por Boucicaut e d’Albret, tinha já partido de Rouen e acompanhou a marcha inglesa, conseguindo antecipar-se e cruzar o Somme a 11 de outubro, em Abbeville. Em Blanchetaque, os ingleses capturaram um prisioneiro que os informou da presença de uma força francesa de 6000 homens em Abbeville. Para agravar a situação, não conseguiram cruzar o Somme no local previsto, pois este estava bem vigiado por forças locais. A travessia de um curso de água era bastante demorada, sobretudo quando falamos de exércitos de grandes dimensões, como em certa medida era o inglês, e deixava os homens numa posição de extrema vulnerabilidade, só devendo

ser realizada em condições de segurança. A presença de uma força inimiga na outra margem, sobretudo se equipada com bestas ou com arco e flecha, poderia causar grandes danos.

Henrique V viu-se forçado a alterar a sua rota, subindo o Somme em busca de um novo local para a travessia, para desespero dos seus homens, que viam a comida rapidamente a escassear e sentiam (e muitas vezes observavam na outra margem) a presença ameaçadora dos franceses. Algum alimento foi sendo exigido às populações das povoações por onde os ingleses foram passando, e obtinham-no sob a ameaça de os residentes verem os campos em volta destruídos pelo fogo. No dia 17, os ingleses dirigiram-se para Corbie, onde travaram uma escaramuça com a guarnição da cidade. Nessa altura, o rei inglês ordenou aos seus arqueiros que talhassem estacas de madeira com cerca de 180 cm, afiadas em ambas as extremidades, para serem usadas como defesa contra uma carga da cavalaria. Segundo alguns autores, esta decisão sugere que Henrique V tinha conhecimento do plano de batalha francês (que referiremos como “plano Boucicaut”), uma vez que este plano procurava, como veremos, anular os arqueiros ingleses através de rápidas cargas da cavalaria. De acordo com a *Gesta*, essa informação terá sido “divulgada por alguns prisioneiros” que afirmavam que “o comando inimigo tinha designado certos esquadrões de cavalaria (...) para quebrar a formação e resistência dos nossos arqueiros quando eles nos enfrentassem em batalha” (in Curry, 2000: 30). No entanto, as estacas podem ter sido pensadas como simples medida de proteção dos arqueiros durante a marcha. Caso fossem surpreendidos por uma unidade de cavalaria, os mal equipados atiradores poderiam resistir colocando-se em círculo e apontando as pontas afiadas das estacas para fora. Desse modo, poderiam conter a carga dos cavaleiros e mantê-los a uma distância segura, uma prática muito comum durante marchas e outro género de surtidas.

Preparadas as estacas, o exército pôs-se novamente em marcha, mas afastando-se das margens do Somme (e dos olhares dos inimigos) na direcção de Nesle (18 de outubro), onde finalmente as perspectivas dos ingleses começaram a melhorar. Vamos dar a palavra ao Capelão:

“(...) alojámo-nos (...) em pequenas povoações próximas da cidade muralhada de Nesle. E o rei mandou dizer aos seus habitantes que pagassem o resgate para salvarem as aldeias vizinhas de serem incendiadas. Mas quando os habitantes da cidade recusaram, ordenou que esses locais fossem incendiados na manhã seguinte e totalmente destruídos. E inesperadamente, por vontade de Deus, foram trazidas notícias ao rei de que a menos de uma légua de distância havia uma passagem adequada do rio Somme. O rei, portanto, enviou patrulhas a cavalo para testarem a passagem, a profundidade do canal e a corrente do rio, e rapidamente seguiu com o seu exército. Porém, antes de chegar ao rio nesse preciso local, cerca de uma milha antes [c. 1,6 km], passou por um pântano que era atravessado por um curso de água (rio Ingon), seguindo daí até junto do rio principal, tendo ficado cercado num ângulo entre os dois; mas, por vontade de Deus, o inimigo não tivera disto conhecimento” (in Curry, 2000: 30-31).

O cronista não refere quem terá dado a informação ao rei sobre as passagens desimpedidas do Somme, mas com toda a probabilidade terão sido habitantes da região de Nesle que não queriam ver os seus pertences destruídos pelo fogo — a chegada do inverno anunciava tempos de grande dureza que se tornariam catastróficos com a devastação anunciada. Como relata a passagem acima transcrita, o rei rapidamente se dirigiu de novo para as margens do rio e, próximo de Voyenne, conseguiu finalmente atravessá-lo com os seus homens. A travessia foi demorada: ao nascer do dia, os carpinteiros tiveram de reconstruir, com materiais recolhidos nas redondezas (portas, vigas de madeira, todo o tipo de madeiras, palha e molhos de lenha), dois passadiços que se encontravam destruídos; cerca da uma da tarde (informa a *Gesta*), depois de garantidas as condições de segurança, com uma guarda avançada de arqueiros e homens de armas colocados já na outra margem para impedir ataques-surpresa, os combatentes começaram finalmente a atravessar o rio, supervisionados pelo próprio rei e por homens da sua confiança, para evitar situações de pânico e quebra de disciplina. Ainda se deu uma pequena escaramuça entre a guarda avançada

e cavaleiros franceses das povoações mais próximas, mas sem qualquer efeito prático. Por volta das 17h, a travessia estava finalmente terminada e a marcha continuou durante parte da noite, até Athies. O sentimento entre os ingleses era então de grande euforia e alívio, como nos conta o Capelão:

“Foi, então, uma noite alegre que passamos naquelas aldeias próximas, de onde, quando começámos a atravessar o rio, os franceses tinham surgido; e pensámos que era para nós razão de grande alegria termos encurtado a nossa marcha, segundo os cálculos de muitos, em cerca de oito dias. E tínhamos a firme convicção de que o exército inimigo, o exército que se dizia esperar por nós na nascente do rio [Somme], não estaria inclinado a seguir-nos para nos dar batalha” (in Curry, 2000: 32).

Estávamos na noite de 19 para 20 de outubro, data provável em que, em Bapaume, um pouco a norte da posição onde os ingleses celebravam o aproximar do fim da sua jornada, o grande exército francês se reuniu com a vanguarda que desde o início acompanhara a marcha inimiga, embora outra localização referida seja Péronne, um pouco mais a sul, na margem direita do Somme. Na manhã seguinte, um domingo, os franceses enviaram a Henrique V três arautos com uma mensagem, desafiando-o para uma batalha. Segundo Le Fèvre e Waurin, foram enviados pelos duques de Orleães e de Bourbon e pelo condestável d'Albret. O arauto de Berry, por seu lado, indica d'Albret, Bourbon, o duque de Bar e o conde de Nevers como os autores do desafio. Há algumas dúvidas relativamente à localização do duque de Orleães, que terá estado numa importante reunião com Carlos VI, o delfim e o duque de Berry, em Rouen, no dia 17, impossibilitando a sua presença junto das hostes francesas. Aliás, alguns cronistas dão a entender que o duque só terá chegado a Agincourt na manhã da batalha, a 25 de outubro. No entanto, estivesse o duque no norte ou ainda em Rouen, já se saberia que seria ele um dos comandantes do exército francês, dada a ausência do rei, do delfim e do duque de Berry (já de idade avançada e, como vimos, contrário à ideia de um confronto com os ingleses), pelo que o desafio poderia ter sido lançado em seu nome, apesar da sua ausência.

A reação ao desafio por parte de Henrique V também não é igual em todas as crônicas. Segundo o Capelão, os franceses “não designaram dia nem local” para a dita batalha, e o rei inglês, aceitando a inevitabilidade do confronto “como uma ação de graças da parte de Deus (...), com grande determinação e espírito viril encorajou o seu exército e fez os preparativos para travar a batalha no dia seguinte. Prosseguindo a marcha quando amanheceu, não encontrou qualquer opositor” (Curry, 2000: 32). Porém, o arauto de Berry dá a entender que os franceses tinham marcado dia e local para o confronto, e que Henrique V terá procurado evitar estar presente:

“(...) o condestável, o duque de Bourbon, o duque de Bar e o conde de Nevers (...) decidiram que iriam exigir que o rei inglês lhes desse batalha na quinta-feira junto a um local chamado Aubigny, no Artois. Assim, enviaram os seus arautos, a quem o rei de Inglaterra deu grandes oferendas, e aceitou o desafio, prometendo comparecer no campo e combater nesse dia, sem falta. Com efeito, fez o oposto, porque passou por um local chamado Beauquesne, de modo a poder chegar a Calais o mais rapidamente possível. Quando os senhores franceses souberam disto, anteciparam-se no sentido de lhe cortarem o caminho” (in Curry, 2000: 180).

De acordo com Le Fèvre e Waurin, Henrique V não respondeu aos arautos franceses...

...“mas enviou aos senhores franceses dois dos seus próprios arautos, por quem mandou a seguinte resposta: ele gostaria que soubessem que desde que tinha deixado a cidade de Harfleur procurara e ainda procurava regressar ao seu reino de Inglaterra, e não tinha permanecido em qualquer cidade fortificada ou fortaleza. Assim, se os (...) príncipes de França queriam combater com ele, não havia necessidade de marcar uma hora ou local porque o poderiam encontrar em qualquer dia que lhes aprouvesse em campo aberto e sem qualquer impedimento” (in Curry, 2000: 149).

Em relação a Athies, onde os ingleses se encontravam, Aubigny-en-Artois situava-se a norte, numa linha que passava por Péronne, Bapaume e Arras. Os ingleses não seguiram esse caminho. No dia 21, encontravam-se em Miramont (a oeste de Bapaume) e optaram por virar para sudoeste, na direção de Ancre (hoje Albert). Só então se dirigiram novamente para noroeste, na direção de Blangy, na margem do rio Ternoise, passando por Lucheux, Bonnières e Frévent. Atravessado o rio, encontrariam a estrada para Calais. Se, como o arauto de Berry afirma e Le Fèvre e Waurin não desmentem, os franceses efetivamente definiram Aubigny como local para o combate, o desvio feito por Henrique V é revelador de um desejo de evitar o confronto. Porém, essa fuga não teve sucesso. Os franceses, como escreveu Gilles Le Bouvier, conseguiram interceptar o exército inglês no local mais adequado para o enfrentarem numa batalha campal, uma área relativamente plana (se comparada com o restante território da região, de relevo mais acentuado) e ainda suficientemente longe de Calais para impedir a chegada de reforços que auxiliassem os ingleses. Esse local situava-se num ponto ao longo da estrada para Calais, entre as povoações de Maisoncelles, Tramecourt e Agincourt. No dia 24 de outubro, vésperas do dia de São Crispim e São Crispiniano, o exército cansado e faminto de Henrique V atravessou o Ternoise e deparou-se com o caminho cortado pelo exército francês. O confronto tornara-se inevitável.

Vésperas da batalha: a noite de 24 de outubro

Le Fèvre e Waurin contam-nos que, no dia 24 ...

... “o rei de Inglaterra partiu na mesma boa ordenança dos dias anteriores [ou seja, em formação de combate] e continuou o seu caminho na direção de Calais. (...) Quando (...) as suas batalhas tinham saído das aldeias [onde tinham pernoitado], os seus batedores viram que os franceses se aproximavam em grande número de todas as partes, com a intenção de se alojarem em Ruisseauville e Agincourt, para que pudessem

colocar-se à sua frente de modo a combater com ele no dia seguinte” (in Curry, 2000: 153).

Segundo o autor anónimo da *Vita et Gesta Henrici Quinti* (“Vida e Gesta de Henrique Quinto”, erradamente atribuída a Thomas Elmham, cronista do *Liber Metricus*, fazendo com que o seu autor ficasse conhecido como Pseudo-Elmham), o rei Henrique V apressou-se “para ver o inimigo, tão velozmente quanto o seu belo cavalo o poderia transportar”, de modo a ficar com uma noção da sua dimensão. Feita essa avaliação, “aconselhado por soldados experimentados escolheu uma posição adequada para as suas forças” (Curry, 2000: 68) e dispôs imediatamente o seu exército para enfrentar os franceses. Le Fèvre descreve como isso se passou:

“Vendo todos os franceses diante de si, o rei de Inglaterra mandou os seus homens desmontar e colocou-os a todos em formação de combate. Podia-se observar os ingleses, pensando que a batalha seria travada nessa quinta-feira, a cumprirem as suas devoções, todos ajoelhando com as mãos erguidas para o céu, pedindo a Deus para os manter sob a Sua proteção. Isto foi verdade: eu estava com eles e vi o que foi descrito. O rei permaneceu nesta (...) formação e no mesmo local até ao pôr-do-sol” (in Curry, 2000: 153).

Os exércitos medievais não tinham como norma lançar-se sobre o inimigo de forma espontânea ou impulsiva, o mais comum era haver um longo período de espera, para que ambos os lados se organizassem. Nesse período de tempo faziam-se os preparativos, que muitas vezes incluíam, como descreveu Le Fèvre, orações e súplicas aos protetores divinos e preocupações mais mundanas, como rever o estado do equipamento ou fazer uma última refeição. Os comandantes de ambos os lados poderiam aproveitar também este momento para um discurso motivador aos seus homens. Henrique V, conta-nos o Pseudo-Elmham, “exortou-os a prepararem-se para a batalha, animando os seus corações com o seu comportamento intrépido e as suas

expressões de consolo” (Curry, 2000: 69). Nestas ocasiões, os homens certamente comentavam entre si o que viam e o que sentiam, partilhando ambições e medos. Segundo a *Gesta*, Sir Walter Hungerford terá dito ao seu rei que desejava ter consigo “dez mil dos melhores arqueiros de Inglaterra”. Henrique repreendeu-o, acusando-o de insensatez e acrescentando ...

... “(...) eu não quereria ter, mesmo que pudesse, um único homem a mais do que os que tenho. Porque estes que aqui estão comigo são povo de Deus, os quais Ele permite que estejam comigo neste momento. Não acreditas (...) que o Todo Poderoso, com estes escassos homens humildes, é capaz de derrotar a arrogância dos franceses, que se gabam do seu grande número e da sua força?” (in Curry, 2000: 33).

Embora seja, provavelmente, uma construção posterior resultante da imaginação de alguns cronistas, este pequeno episódio reflete algo que poderia realmente ter ocorrido. Mesmo que a diferença numérica entre os dois exércitos não fosse tão acentuada como alguns relatos sugerem, os desgastados ingleses teriam seguramente desejado alguns reforços. A resposta do rei também é credível, pois nenhum comandante daria a entender aos seus homens que gostaria de ter consigo outros que não aqueles que ali estavam no campo de batalha — tal afirmação só diminuiria a sua confiança e aumentaria o receio de uma derrota. Shakespeare imortalizou este episódio na peça *Henrique V* (IV.III.15-39).

Por fim, durante a longa espera que antecedia uma batalha medieval, havia muitas vezes lugar a negociações entre representantes das partes em conflito. Em relação a Agincourt, não há certezas em relação a terem ou não ocorrido negociações — nenhuma das crônicas inglesas refere tal ocorrência, que surge apenas mencionada em algumas crônicas francesas. As negociações, caso tenham sido reais, podem ter ocorrido quer a 24, quer a 25, embora nos pareça mais provável que tenham tido lugar no primeiro momento, pois isso poderia ajudar a explicar o adiamento da batalha para o dia seguinte. Isto mesmo é sugerido pelo arauto de Berry. Pelo seu lado, Juvenal dos Ursinos refere as contrapartidas oferecidas

pelos ingleses em troca de um salvo-conduto que lhes permitisse chegar
sãos e salvos a Calais:

312

“Eles até se ofereceram, pelo menos assim foi dito, para deixar Harfleur e colocá-la na posse do rei francês, e restituir os prisioneiros sem exigirem resgate, ou para assinar uma paz definitiva e entregar reféns como garantia de tudo o que tinham prometido. (...) Havia [no lado francês] diversas opiniões e pensamentos. Alguns diziam que eles deveriam receber permissão para prosseguir o seu caminho sem lhes ser oferecida batalha, porque fazê-lo seria seguramente um ato muito perigoso. Mas muitos disseram que a companhia dos senhores [franceses] era grande e poderosa [...]. Mas mesmo supondo que Deus desse a vitória aos franceses, tal poderia não ocorrer sem grandes danos. Porque a questão era muito duvidosa e muitas vezes os eventos de uma batalha eram arriscados e perigosos. (...) Foi dito que o condestável d’Albret, o marechal Boucicaut e diversos outros cavaleiros e escudeiros que tinham muita experiência nas questões das armas eram desta opinião. Os duques de Bourbon, Alençon e outros tinham a opinião contrária (...)”
(in Curry, 2000: 129-130).

Do lado francês, também poderia não haver vontade de travar a batalha nesse dia, que já ia longo. A decisão de adiar teria diversas vantagens: em primeiro lugar, permitiria que os seus homens descansassem, depois de um dia de marcha (ou mais) a um ritmo provavelmente intenso (sobretudo se atendermos à hipótese de Henrique V ter tentado fugir do compromisso que teria ficado acordado para Aubigny) e combatessem mais frescos no dia seguinte; em segundo lugar, permitiria que mais companhias se apresentassem em Agincourt, uma vez que muitas estavam ainda a caminho (algumas chegariam mesmo atrasadas à batalha que se disputaria no dia seguinte); em terceiro lugar, permitiria a chegada do duque de Orleães, que tinha sido nomeado comandante das hostes francesas e ainda não se encontrava em Agincourt; por último, uma noite de espera poderia angustiar de tal modo os ingleses que estes se renderiam ou combateriam com menor determinação.

O tempo estava do lado dos franceses. Portanto, estes colocaram-se também em formação de combate e aguardaram até ao anoitecer. Nessa altura, quando se certificaram que nenhum confronto se travaria, retiraram para o acampamento. Possivelmente para manterem a sua vigilância sobre o inimigo, os nobres franceses não procuraram passar a noite em aldeias vizinhas, preferindo acampar em tendas ou ao ar livre, no campo ladeado por arvoredos entre Agincourt e Tramecourt, junto à estrada que seguia para Calais. Apesar da chuva, do frio e da terra enlameada, recentemente revolvida pelos arados e pelo espezinhar de milhares de cavalos, seria aí que os franceses descansariam até à manhã seguinte.

Os ingleses, vendo que os adversários tinham decidido não combater nesse fim de dia, mudaram também de posição. Henrique, de acordo com o Capelão, terá receado que, com o recuo para a outra extremidade do arvoredo que se estendia à esquerda dos ingleses, os inimigos pretendessem contornar esse obstáculo e ...

... “fazer um ataque-surpresa contra si, ou então circundar os bosques mais distantes das redondezas e assim cercar-nos de todos os lados, [e por essa razão] imediatamente moveu novamente as suas linhas, posicionando-as sempre de modo a estarem frente-a-frente com o inimigo” (in Curry, 2000: 33).

Assegurada a posição e chegada a noite, os ingleses prepararam-se também para uma longa vigília. No acampamento, acenderam-se fogueiras e posicionaram-se vigias para controlar a ação do inimigo. O rei ordenou que se fizesse completo silêncio, sob pena de perda de cavalo e equipamento (para os homens de armas) ou da orelha direita (para os restantes elementos) “sem esperança de obter perdão”, frisou o Capelão, para acrescentar:

“E ele [Henrique] imediatamente deslocou-se em silêncio para uma aldeia próxima [Maisonnelles], onde nós tínhamos casas, embora muito

poucas, e jardins e pomares nos quais era possível descansar, e chuva forte ao longo de quase toda a noite (in Curry, 2000: 34).”

O rei exigiu silêncio absoluto por várias razões. Em primeiro lugar, por uma questão de segurança: caso os franceses procurassem um ataque de surpresa durante a noite, era necessário silêncio para que este fosse descoberto o mais rapidamente possível e para que o alarme chegasse a todos os ouvidos. Em segundo lugar, aumentava os níveis de concentração dos homens, deixando-os mais alerta e ativos, e impedia que se expressassem lamentos e receios (como os do cavaleiro Hungerford) que aumentassem os índices de pânico. Por fim, o silêncio no acampamento inglês poderia inquietar os franceses, obrigando-os a permanecer alertas, como sugeriu o Capelão:

“(...) quando os nossos adversários se aperceberam de quão imóveis e silenciosos estávamos, pensando que, sendo tão poucos, estivessemos abalados pelo medo e tivéssemos talvez a intenção de fugir durante a noite, acenderam fogueiras e instalaram vigias ao longo dos campos e dos caminhos” (in Curry, 2000: 34).

Milhares de franceses e de ingleses passaram essa noite de 24 para 25 de outubro de 1415 praticamente lado a lado! O contraste entre os dois acampamentos não poderia ser, a acreditarmos nos relatos de diversas crônicas, maior, uma vez que no lado francês o ruído e a animação parecem ter sido elementos constantes: há referências a jogos de dados, a vozes dos senhores chamando os criados num tom tão audível que os ingleses eram capazes de ouvir claramente o que era dito, a armaduras que eram retiradas, a armas, bandeiras e estandartes que eram guardados, a mantimentos descarregados... Homens partiram em busca de palha para colocar no solo ensopado e revolvido, para que fosse possível passar ali a noite. O único som que, segundo alguns cronistas, não se escutou foi o dos cavalos franceses, que permaneceram silenciosos durante toda a noite — este dado, naturalmente fantasioso, foi inserido nestas narrativas como um mau presságio para os guerreiros da flor-de-lis.

25 de outubro era dia de dois santos franceses, São Crispim e São Crispiniano: estes irmãos gémeos do século III d. C. pregaram a mensagem cristã em Soissons, na Gália, acabando por ser martirizados por ordem do imperador romano. Nesse mesmo dia, celebrava-se também São João de Beverley, um santo inglês canonizado no século XI e cuja veneração está associada quer a Eduardo I (que usou o seu estandarte na guerra, ao lado do de São Jorge), quer a Henrique IV. No entanto, Henrique V irá posteriormente venerar os dois primeiros, associando-os até hoje ao seu triunfo em Agincourt. Esta ligação ficou ainda mais vincada quando o próprio Shakespeare fez referência aos dois mártires franceses na sua peça (IV.III. 40-63):

Hoje é dia da festa de S. Crispiniano.
 Quem hoje sobreviver e for para casa salvo
 Há-de empertigar-se com brio à menção deste dia
 E excitar-se ao ouvir o nome de S. Crispiniano.
 Quem vir este dia e viver até ser velho
 Há-de todos os anos, na véspera, banquetear
 Os amigos e exclamar «Amanhã é S. Crispiniano».
 Depois há-de puxar a manga para mostrar cicatrizes
 E dizer «Estas feridas são do dia de S. Crispim».
 (...)

Esta história há-de o homem bom ensinar ao filho,
 E Crispim Crispiniano não vai desaparecer
 Desde esse dia até ao fim do mundo,
 E com isso nós seremos recordados.
 Os poucos que somos, felizes eleitos, bando de irmãos —
 Pois quem hoje derramar o seu sangue comigo
 Será meu irmão; por mais plebeu que seja,
 Vai este dia enobrecer a sua condição — (...)

A escolha destes dois santos não foi acidental. Segundo Christopher Allmand (1992: 100), tratou-se de uma “audaciosa e irónica anexação de dois santos franceses” que apareciam a apoiar os ingleses como vingança pelo facto de, poucos anos antes, durante a guerra civil, os Orleanistas terem saqueado Soissons, e como forma de validação das legítimas pretensões de Henrique V ao trono francês. Michael K. Jones (2005: 22-28) sublinha também a ligação dos dois mártires ao cerco de Soissons. Após a conquista desta cidade, os exércitos orleanistas massacraram vários dos seus moradores e a guarnição local, incluindo os arqueiros ingleses que aí se encontravam. Para Jones, a referência ao martírio de Crispim e Crispiniano terá sido feita por Henrique V antes da batalha com a intenção de os associar aos arqueiros massacrados e, dessa forma, lembrar aos seus próprios homens que não poderiam esperar qualquer tipo de misericórdia em caso de derrota.

Foi então na manhã do dia de São Crispim e São Crispiniano que os dois exércitos se prepararam para o confronto. Na véspera, Henrique V enviou alguns batedores para avaliarem a área envolvente, de modo a escolherem o local mais adequado a uma boa posição defensiva. O terreno entre os dois exércitos tinha interessantes particularidades que iriam ajudar o rei inglês e os seus conselheiros a definirem uma posição vantajosa. Em primeiro lugar, era delimitado por duas áreas de arvoredos, uma do lado de Agincourt, a outra do lado de Tramecourt, definindo um cenário de operações mais restrito, no qual os franceses não pudessem tirar todo o partido da sua superioridade numérica e que dificultasse eventuais planos para contornarem as linhas inimigas e realizarem um ataque pelos flancos ou pela retaguarda. Em segundo lugar, o campo afinilava à medida que se aproximava de Maisoncelles, onde se encontravam os ingleses, e abria-se na direcção contrária, onde se achavam os seus adversários. Assim, à medida que avançassem, os franceses iriam deparar-se com um terreno cada vez mais estreito e seriam forçados a aglomerar-se no centro, o que, mais uma vez, seria favorável ao exército menos numeroso. Em terceiro lugar, o terreno tinha uma ligeira elevação aproximadamente a meio do campo, na linha que ligava Agincourt e Maisoncelles, limitando o campo

de visão e impedindo os franceses de fazerem uma correta avaliação da disposição e da extensão do exército inimigo. Em quarto lugar, o solo encontrava-se revolvido por recentes trabalhos agrícolas e alagado pela chuva que nessa noite (e presumivelmente em dias anteriores) tinha caído em grandes torrentes.

Na manhã da batalha, os ingleses foram os primeiros a posicionar-se. Assim que nasceu o sol, por volta das 6h40, colocaram-se na extremidade mais estreita do campo, com as suas linhas protegidas pelas estacas que os arqueiros cravaram no solo, uma parte dos flancos ocultos pelas árvores e também pela inclinação do terreno. A cerca de mil metros de distância, os franceses colocaram-se na extremidade mais aberta do funil.

O exército inglês

O exército inglês presente em Agincourt rondaria, como referimos anteriormente, um total de 9000 homens, estando em inferioridade numérica em relação ao adversário, embora provavelmente não de uma forma tão acentuada como a versão tradicional dos acontecimentos sugere. Ainda assim, o contexto era altamente desfavorável para os ingleses — é preciso não esquecer que estavam em território inimigo há mais de dois meses, tendo já combatido num longo cerco e percorrido perto de 400 km entre Harfleur e Agincourt, sofrendo os rigores da fome, em certos momentos da chuva, da hostilidade das guarnições dos locais por onde foram passando, e da disenteria, que os atormentara praticamente desde o início da campanha. Acrescente-se a estes elementos o medo que naturalmente sentiam perante a possibilidade de uma batalha, estando tão próximos do destino seguro que procuravam. Desertar ou fugir não era uma possibilidade a partir do momento em que tinham iniciado a marcha, pois aqueles que o fizessem ficariam à mercê das populações ou dos exércitos inimigos, em caso de captura. Restava-lhes, portanto, uma certeza: à exceção dos nobres que compunham a hoste inglesa, e cuja vida seria poupada para a obtenção de um avultado resgate, a única possibilidade de sobrevivência que tinham era a vitória.

Em termos de armamento, os exércitos estariam equipados da mesma forma: os homens de armas teriam armadura completa e combateriam inicialmente com lança (os que combatiam a cavalo usariam lanças de armas, apropriadas para o choque com as unidades de peões sobre as quais iriam carregar) e depois, numa situação de combate corpo-a-corpo, empunhariam armas brancas (com destaque para a espada) e armas de choque (achas, maças e martelos de armas, extremamente violentas e capazes de desbastar as proteções de corpo, em metal, dos adversários). Os arqueiros ingleses utilizariam o eficaz arco longo, com um alcance útil um pouco inferior ao da besta (presente entre os atiradores franceses) e que seria de aproximadamente 200 metros, mas com cadência de tiro superior: 10 a 12 disparos por minuto, contra 2 a 3 disparos da besta. O arco era, sem dúvida, mais fácil de recarregar e de manear.

O que distinguia o exército inglês do francês era sobretudo a proporção de homens de armas: se no caso francês, como veremos, estes eram muito superiores ao número de besteiros e arqueiros (cerca de dois terços do total), já três quartos ou mais da hoste de Henrique V eram arqueiros (6750 a 7000 homens). Esta (des)proporção entre aqueles que realmente importavam para os cronistas (isto é, os nobres) não só poderá ajudar a explicar a noção que se popularizou de um exército francês muito mais numeroso do que o inglês, como tem colocado aos estudiosos desta batalha algumas questões em relação à disposição dos ingleses no campo de batalha, matéria que os cronistas não esclarecem cabalmente. Analisemos essas questões:

- 1 - Como conseguiram os ingleses resolver o problema da escassez de homens de armas? Anne Curry defende que estes estariam dispostos lado a lado, como alguns cronistas dão a entender, porém não numa linha reta, mas numa disposição oblíqua, com a vanguarda, à direita, ligeiramente mais avançada e a retaguarda, à esquerda, mais recuada. Deste modo, os ingleses não só garantiam uma maior ocupação da largura do campo de batalha, como conseguiriam reagir de forma mais eficaz no caso de se abrir uma brecha na vanguarda, pois o corpo central, vindo de trás, teria capacidade para tapar essa abertura e travar o avanço do inimigo.

2 - As diferentes batalhas incluíam apenas homens de armas ou também arqueiros? Esta questão colocou-se também em relação aos arqueiros e besteiros franceses, que podem ter sido incluídos nas divisões como se fossem elementos de infantaria.

3 - Qual foi a disposição, no terreno, dos corpos de arqueiros ingleses? Segundo algumas interpretações, estes estariam colocados não apenas nas alas mas igualmente entre as três divisões de homens de armas. Matthew Bennett recusa liminarmente esta hipótese, apoiando-se nas investigações de Jim Bradbury sobre o arqueiro medieval:

“(...) Jim Bradbury (...) conclui que os arqueiros nunca se colocaram de forma intercalada na principal linha de batalha. Na verdade, esta opção teria enfraquecido de forma considerável a formação, porque caso a cavalaria pesada se deparasse com arqueiros sem equipamento defensivo, seria de esperar que os dispersasse rapidamente. Pelo contrário, Bradbury concluiu que os arqueiros eram sempre colocados nos flancos dos homens de armas, embora muitas vezes inclinados para a frente, de modo a permitir o fogo convergente sobre o inimigo que se aproximava. Foi esta a formação que Henrique utilizou em Agincourt” (Bennett, 1991: 66).

No entanto, Anne Curry lembra que o número de arqueiros era elevado (aproximadamente 7000) e que não havia espaço no estreito campo de batalha, limitado por arvoredos em ambos os lados, para os colocar apenas nos flancos. Por essa razão, e à luz também da afirmação contida na *Gesta*, considera que os arqueiros não estariam somente nas alas, mas também entre os homens de armas e em frente destes, em unidades mais pequenas.

Vejamos o que nos dizem os cronistas. Monstrelet conta-nos que Thomas Erpingham, a mando de Henrique V, ordenou o exército no campo de batalha “(...) colocando os arqueiros na frente e de seguida os homens de armas. Fez duas alas de homens de armas e de arqueiros, e os cavalos e a carriagem foram colocados na retaguarda do exército” (in Curry, 2000: 158). O religioso de Saint Denis, por sua vez, relata-nos o seguinte:

“[Henrique V] fez o seu exército avançar cerca de um tiro de besta e (...) acrescentou, ‘devemos parar aqui, recuperar a nossa coragem e esperar pelo inimigo em solo firme em batalhas compactas, sem dividir as nossas forças. Os nossos (...) arqueiros irão dispor-se em círculo em nosso redor, para suster da melhor forma que puderem o choque do inimigo. (...)’.

(...) Não só os comandantes, mas até a infantaria e as outras tropas ligeiras que formaram a vanguarda como era costumeiro, prometeram lutar até à morte” (in Curry, 2000: 105).

A última frase deste cronista leva-nos a crer que não houve grande inovação na forma de disposição dos homens na vanguarda, ou seja, que esta foi formada da forma *costumeira*. Assim sendo, sugerimos uma síntese entre as interpretações de Bennett e de Curry. Acreditamos que, dadas as limitações do terreno e a escassez de homens de armas da sua hoste, Henrique V se viu forçado a adaptar a disposição tradicional, mas sem enfraquecer as suas linhas por colocar blocos de arqueiros entre os homens de armas. Tal opção implicaria o enfraquecimento dessa linha que se desejava compacta, uma vez que, quando os dois exércitos se juntassem na inevitável *mêlée*, facilmente se poderiam abrir brechas. Se isso acontecesse, os franceses dividiriam e envolveriam os ingleses e, fazendo valer ainda mais a sua superioridade numérica, venceriam o confronto. Henrique V e os seus conselheiros não iriam, em nossa opinião, correr esse risco. Assim, acreditamos que, ainda que alguns arqueiros possam ter sido utilizados para engrossar as fileiras de homens de armas, a maioria estaria distribuída pelas duas alas e por uma linha avançada, provavelmente dispostas de forma semicircular, de modo a permitir o fogo convergente e a envolver o inimigo num abraço mortífero. Por fim, um outro grupo de arqueiros foi destacado para uma operação especial, como nos relata Monstrelet (corroborado por Waurin e Le Fèvre):

“o rei de Inglaterra enviou cerca de 200 arqueiros pela retaguarda do seu exército, de tal forma que não fossem observados pelos franceses.

Esses arqueiros entraram num arvoredo junto a Tramecourt, bastante próximo da retaguarda dos franceses, e aí permaneceram em segredo até ser hora de disparar” (in Curry, 2000: 158).

321

Sintetizando: o exército inglês dispôs os seus homens de armas numa só linha oblíqua, com a vanguarda, liderada pelo duque de York, à direita e num ponto mais avançado, o corpo central, liderado pelo próprio Henrique V, mais atrás, ao centro, e a retaguarda, sob o comando de Lord Camoys, ainda mais atrás, à esquerda. Os arqueiros ficaram maioritariamente colocados nas duas alas, numa disposição semicircular, com algumas unidades dispostas numa primeira linha, em frente aos homens de armas. Por fim, a fazer o papel de retaguarda, Henrique mandaria colocar a carriagem. Os arqueiros (se não todos, pelo menos uma grande maioria) tinham consigo as estacas que o rei mandara preparar durante a marcha e que, em momento oportuno, seriam colocadas no chão, fazendo uma barreira de proteção contra o avanço da cavalaria e compensando a falta de equipamento defensivo destes combatentes.

O exército francês — uma manta de retalhos sem liderança

Quantos eram os franceses? Os valores apresentados pelas crónicas variam bastante, como seria de esperar: Juvenal dos Ursinos fala em 8000 homens de armas, aos quais se deverão acrescentar besteiros, arqueiros e outros combatentes não contabilizados; Gilles Le Bouvier refere um exército de 10 000 homens (4800 na vanguarda, 3000 no corpo central e 1200 em cada ala); Richemont sugere também o mesmo valor; o Religioso (assim é designado o autor anónimo da “Crónica de Carlos VI”, monge de Saint-Denis) indica o número de 14 000 homens reunidos em Rouen, com o rei, e uma vanguarda em Agincourt composta por 5000 homens de armas; Waurin, Monstrelet e Le Fèvre mencionam 50 000 (e uma superioridade francesa entre três e seis para um, em relação aos ingleses). Os cronistas ingleses são mais generosos nos números apontados, por razões óbvias: quanto

maior fosse o exército derrotado, maior seria a glória do seu rei. Assim, a *Gesta* fala em 60 000 homens, sugerindo que a vanguarda francesa, por si só, seria trinta vezes maior do que a totalidade do exército inglês, um óbvio exagero; os cronistas Streeche e Walsingham indicam respetivamente 100 000 e 140 000 homens, valores que outras crónicas repetem. Matthew Bennett considera que valores entre 20 000 e 30 000 homens são possíveis, apoiando-se na descrição detalhada do cronista Monstrelet que, como Le Fèvre, esteve presente na batalha, embora possamos dizer o mesmo do Capelão que redigiu a *Gesta* e que sugeriu o dobro desse valor. Ainda assim, é o autor inglês mais contido na contagem. Juliet Barker considera provável um exército francês de 36 000 homens, baseando-se nos dados de Waurin: 8000 homens de armas, 4000 arqueiros, 1500 besteiros na vanguarda e valores idênticos no corpo central; duas alas de 1400 cavaleiros no total (600 + 800) e a restante hoste na retaguarda. Michael Katon Jones sugere o valor total de 28 000 homens, incluindo 2000 cavaleiros nas alas, 14 000 homens de armas na vanguarda e no corpo central e uma terceira linha com o restante exército, integrando cavaleiros e besteiros. Anne Curry é muito mais cautelosa, preferindo seguir o relato de Gilles Le Bouvier, e sugerindo um exército francês de 12 000 homens, que incluía os 6000 homens de armas e 3000 besteiros inicialmente recrutados pelos nobres diretamente ao serviço da Coroa e por elementos da Casa Real, aos quais se devem adicionar 2500 homens das companhias integradas tardiamente sob o comando de Orleães, Bourbon, Nevers e Brabante, e cerca de 500 homens vindos da Picardia. Curry explica este valor mais baixo lembrando que este exército francês foi sobretudo recrutado a norte do Loire, não integrando hostes de todo o reino, e que parte dos homens permaneceu em Rouen (para defesa do rei) e em Paris (para travar uma eventual ofensiva de João “Sem Medo”).

O exército francês não tinha o seu rei nem o delfim a liderá-lo. Já anteriormente vimos que a saúde do monarca, por um lado, e pressões de homens influentes como o duque de Berry, por outro, impediram ambos de estar presentes em Agincourt. O próprio Berry, pela sua idade avançada, estava também fora das opções para liderar as hostes francesas.

Restava o duque de Orleães e assim ficou decidido no plano de batalha traçado em Rouen, a poucos dias da batalha (20 de outubro). Porém, este era já o segundo plano de batalha francês. O primeiro tinha sido provavelmente elaborado por volta de 13 de outubro, pelo marechal Boucicaut, que liderara com o condestável d'Albret a guarda avançada que seguira a hoste de Henrique V ao longo do Somme. Este primeiro plano (que chegou até nós) tinha sido pensado para um exército que rondaria os 6000 homens (portanto, inferior ao exército inglês) e seria posto em prática na ocasião em que os ingleses conseguissem atravessar o Somme. No entanto, como bem sabemos, tal não ocorreu. Quando, finalmente, os homens de Henrique V conseguiram atingir a margem direita do Somme, já o exército francês se encontrava nas proximidades, pelo que a guarda avançada optou, de forma ponderada, por reunir-se com o restante exército e preparar uma ofensiva em superioridade numérica.

O plano Boucicaut (v. imagem anexa) procurava adaptar-se ao adversário, copiando-lhe a disposição tática, mas integrando um elemento de surpresa que, no pensamento dos seus criadores, seria a chave da vitória. Assim, os franceses deveriam ordenar-se da seguinte forma: a vanguarda seria liderada por d'Albret e Boucicaut e combateria a pé, assim como o corpo central, liderado pelo duque de Alençon e pelo conde de Eu, entre outros. Caso os homens de armas ingleses formassem numa só linha, o mesmo deveria ser feito pelos franceses, juntando-se a vanguarda ao corpo central. Ladeando estas duas unidades, estariam duas alas: a direita, liderada por Richemont; e a esquerda, por Vendome (Anne Curry sugere o nome de Guichard Dauphin). Posicionados à frente dessas alas, estariam dois corpos de besteiros e arqueiros, mas o elemento surpresa deste plano passava pela presença de duas unidades de cavalaria, colocadas também nas alas: a da esquerda, composta por mil homens de armas, teria como missão carregar sobre os arqueiros ingleses de modo a neutralizá-los o mais rapidamente possível; a da direita, com duzentos homens de armas, deveria contornar o exército inglês e realizar um ataque à sua carriagem, abrindo brechas entre os homens de armas ingleses e facilitando a carga da vanguarda francesa.

No segundo plano, traçado em Rouen (v. anexo), alguns aspetos foram mudados. Desde logo, a liderança: a vanguarda aparece liderada por Bourbon, Boucicaut e Dauphin; o corpo central pelo duque de Orleães, por Alençon, d'Albret e o duque da Bretanha; a ala esquerda seria liderada por Tanneguy du Chastel e a ala direita por Richemont. Como foi pensado para um exército mais numeroso, este plano incluía a presença de uma retaguarda, liderada por Bar, Nevers, Charolais e Vaudemont. Os besteiros e arqueiros, entretanto, perdiam autonomia, provavelmente integrados nas unidades centrais ou simplesmente postos à margem da batalha. À frente das alas, deveriam permanecer os corpos de cavalaria que teriam a missão já incluída no plano de Boucicaut. O dispositivo que foi finalmente posto em prática em Agincourt manteve alguns elementos destes dois planos, tendo outros sido alterados ou simplesmente abandonados.

Assim, os franceses colocaram-se em campo, na manhã de 25 de outubro, apostando na formação de uma linha de vanguarda bastante numerosa, possivelmente integrando nas suas fileiras as duas alas lideradas por Vendôme e Richemont e contendo, no total, mais cinquenta por cento de homens de armas do que teria o corpo central. A vanguarda incluiu ainda nas suas fileiras os principais nomes da nobreza francesa presentes nesse dia: Orleães, acabado de chegar, mas também o duque de Bourbon, o marechal Boucicaut e o condestável d'Albret, os já referidos Richemont e Vendôme, o conde de Eu e os senhores de Rambures e de Dampierre. Seguiu-se uma segunda linha, liderada pelos duques de Bar e de Alençon, pelos condes de Nevers, Vaudémont, Salm e Blâmont, entre outros, e uma retaguarda comandada por diversos condes e outros nobres, que estaria, pelo menos parcialmente, a cavalo. A ladear os homens de armas, encontravam-se os dois corpos de cavalaria (as crónicas não são unânimes em relação aos seus comandantes). Junto da retaguarda ou da segunda linha, ou mesmo inseridos nesta última, estariam os corpos de arqueiros e besteiros, que acabaram por ter pouco protagonismo na batalha. A colocação destas unidades muito atrás da vanguarda justifica-se por várias razões: em primeiro lugar, não possuíam armamento defensivo

capaz de os proteger dos disparos dos arqueiros ou de lhes permitir enfrentar os homens de armas ingleses numa luta corpo-a-corpo; em segundo lugar, a estreiteza do terreno poderá ter obrigado ao seu afastamento da linha da frente, porque a grande extensão da vanguarda, que praticamente cobria toda a largura do campo, iria dificultar a manobra de retirada dos besteiros e arqueiros quando tal fosse necessário; em último lugar, os comandantes franceses acreditavam que a força da sua vanguarda seria mais do que suficiente para derrotar os ingleses, desde logo pelo pavor que iria gerar nos seus adversários, não necessitando da intervenção dos atiradores. Embora o Religioso de Saint-Denis afirme que os besteiros e arqueiros foram dispensados pelo comando francês de estarem presentes na batalha, tal dado não parece credível, desde logo porque a *Gesta* refere a sua atuação.

O exército francês, embora superior em número em relação ao seu adversário, tinha três grandes *handicaps*: desde logo, a questão do comando partilhado, e até questionado, uma vez que a chegada de Orleães, um príncipe de sangue, retirou a primazia aos veteranos Boucicaut e d'Albret, que conduziam a guarda avançada desde o início da campanha; depois, as mudanças no plano de batalha geraram certamente alguma confusão entre os combatentes; por fim, a hoste francesa era uma verdadeira manta de retalhos, recentemente reunida, com companhias a chegar na véspera e no próprio dia da batalha! Esta diversidade de contingentes reunidos de forma apressada contribuiu para a desordem tática que se iria verificar durante o confronto. O caso do duque de Brabante é disso um bom exemplo: na manhã de 25 de outubro, o duque encontrava-se a cerca de 50 km de distância de Agincourt (curiosamente, apenas a 18 km de Aubigny!) e chegou ao campo onde se travava a batalha após o que se supõe ter sido uma frenética cavalgada, muito antes da sua companhia, que avançava a um passo necessariamente mais lento. Nessa altura, já os combates se tinham iniciado e o impetuoso duque improvisou uma cota de armas (essencial para ser reconhecido) a partir da bandeira de um dos seus trombeteiros e carregou sobre os ingleses, acabando por perder a vida nesse dia.

A batalha começa

326

Às 6h40 da manhã, como dissemos, os primeiros raios de luz puseram fim a uma noite longa e tensa. Os ingleses parecem ter sido os mais madrugadores, acabando por escolher primeiro a sua posição no terreno. Henrique V, entretanto, terá ouvido missa (alguns relatos aludem a três missas) e ordenado os seus homens no campo de batalha. Por volta das 8h, passou revista às suas hostes montado num pequeno cavalo cinzento, e discursou aos seus comandantes, lembrando a justiça da sua causa, merecedora de apoio divino, e sublinhando a sua decisão de lutar pela vitória até à morte. Depois, seguiu-se uma longa espera, em posição de combate, para que a tensão e a concentração da noite anterior não se esgotassem em outras atividades. Os homens fizeram as suas orações e conferiram o seu equipamento defensivo e ofensivo; aproveitaram também a longa espera para uma primeira refeição. O rei enviou batedores para verificarem as movimentações dos franceses, decerto temendo um possível ataque-surpresa pelos flancos. Ao mesmo tempo, ordenou a 200 dos seus arqueiros que se ocultassem no arvoredo que se encontrava junto a Tramecourt, bem perto das linhas inimigas.

No outro acampamento, também se ouviram as primeiras orações e o ruído dos preparativos para o novo e decisivo dia, que terão começado entre as 9h e as 10h e terão envolvido, entre outros atos, o encurtar das lanças dos homens de armas: mais curtas, as lanças manobravam-se mais facilmente e permitiam golpear com mais força, mas perdiam alcance, exigindo uma maior proximidade face ao inimigo. Esta opção revelar-se-ia nefasta.

Os franceses não estavam ansiosos por travar a batalha, pelo menos não imediatamente. Os reforços estavam ainda a chegar, ou vinham a caminho, com destaque para o duque de Orleães, mas também para os duques de Brabante e da Bretanha. O tempo, além do mais, estava do seu lado e acreditavam que, à medida que corresse, os seus adversários começariam a ficar inquietos e receosos, assolados pelo cansaço e pela fome. Vários cronistas referem a realização de negociações entre representantes dos dois lados, possivelmente feitas com o intuito (do lado francês) de atrasar ainda

mais o início dos confrontos. Este estratagema acabou por não resultar em pleno. As negociações, se ocorreram, rapidamente terminaram sem qualquer acordo entre as partes, e Henrique V, sabendo que o prolongar da espera seria prejudicial para o seu exército, decidiu abandonar a posição defensiva e tomar ele próprio a iniciativa. Por volta das 10h, o rei mandou vir a carriagem (que incluía não só bagagens e equipamentos, mas também os cavalos) de Maisoncelles, para que esta se posicionasse de modo a funcionar como retaguarda do seu exército, protegendo-o de um ataque por trás. Ao mesmo tempo, como bem lembrou Anne Curry, ao colocar os cavalos junto da sua hoste, Henrique aumentava a possibilidade de fuga em caso de derrota. Ainda antes de a carriagem ter completado o trajeto, conta-nos o cronista Waurin que ...

... “o rei de Inglaterra deu ordens a um cavaleiro veterano, chamado Sir Thomas Erpingham, para ordenar os seus arqueiros e posicioná-los na frente em duas alas (...). Sir Thomas exortou todos os presentes, em nome do rei de Inglaterra, a combaterem vigorosamente contra os franceses. Cavalgou com uma escolta diante da batalha de arqueiros após ter terminado de posicionar os combatentes, atirou para o ar um bastão que segurara na mão e gritou “Nestroque”, que era o sinal para atacar. Então, desmontou e juntou-se à batalha do rei de Inglaterra, que estava também apeado entre os seus homens e com o seu estandarte defronte de si. Então, os ingleses começaram subitamente a avançar, soltando um grande grito, que muito espantou os franceses” (in Curry, 2000: 159-160).

O espanto dos franceses ficou a dever-se, quer ao surpreendente grito dos inimigos, quer ao início do avanço destes no terreno, um gesto igualmente inesperado. Nessa altura, o campo francês agitou-se, tal como nos relata Monstrelet:

“Quando os franceses viram os ingleses a avançar, colocaram-se em ordem de batalha, cada um sob o seu próprio estandarte, colocando os bacinetes na cabeça. Foram instados pelo condestável e por outros

príncipes a confessar os seus pecados em verdadeira contrição e a combater bem e com bravura (...)” (in Curry, 2000: 160).

A descrição do que aconteceu a seguir não é idêntica em todas as crônicas, o mesmo acontecendo com os estudiosos que se debruçaram sobre esta batalha. Inicialmente, os dois exércitos estavam a cerca de 800 metros de distância. Era necessário que se aproximassem para que a batalha pudesse ter início. As armas de maior alcance (o arco longo e a besta) só começavam a ter grande eficácia a uma distância de 150 a 200 metros. Segundo algumas interpretações dos acontecimentos, os ingleses teriam então avançado cerca de 650 metros, perante a aparente passividade dos adversários que, apanhados de surpresa, podem ter ficado atarefados a organizar as suas linhas. No entanto, outras versões referem que o avanço inglês foi muito mais curto, de apenas alguns metros, o suficiente para obrigar o inimigo a dar também início à sua marcha. Por fim, uma terceira hipótese (referida, por exemplo, pelo autor da *Gesta*) sugere que os dois exércitos percorreram distâncias idênticas. Dado o estado do terreno, extremamente pesado, uma marcha de meio quilómetro levaria muito tempo a fazer. Caso os ingleses tivessem percorrido essa distância por si sós, chegariam junto dos inimigos mais cansados do que estes e perderiam a vantagem da sua posição defensiva inicial. Para os franceses, manter-se numa posição defensiva, aguardando o aproximar do exército contrário, era vantajoso, sobretudo estando este a deixar a zona maia afunilada do terreno. Portanto, algo terá forçado os franceses a abandonarem também a sua posição inicial. Monstrelet, Le Fèvre e Waurin (estes dois últimos, presentes na batalha) contam-nos que os ingleses ...

... “avançaram em boa ordem e novamente soltaram outro grande grito, antes de pararem para recuperar o fôlego. Então, os arqueiros que estavam [ocultos] no arvoredo também deram um grande brado e dispararam com grande vigor sobre os franceses” (in Curry, 2000: 160).

Esta ação dos arqueiros foi o elemento-surpresa que forçou os franceses a reagir e a adiantarem-se no terreno. Ainda em fase de organização, esse

avanço foi bastante acidentado, como iremos ver. Entretanto, os ingleses reposicionam-se. Mais uma vez, são dadas diferentes hipóteses para esse reposicionamento, todas elas plausíveis:

329

- 1- Os ingleses continuaram a avançar, pelo menos durante mais alguns metros, de modo a que os seus arqueiros comesçassem a ter os inimigos ao alcance e os pudessem começar a atingir com grande intensidade. Para esse efeito, tiveram de deixar para trás as estacas que serviam de barreira de proteção, pois caso as levassem consigo não teriam as mãos livres para efetuarem os disparos. Este avanço, no entanto, terá sido feito apenas pelos arqueiros que se encontravam na primeira linha, tendo os dos flancos permanecido atrás da barreira de estacas.
- 2- Os arqueiros ingleses avançaram levando consigo as estacas (portanto, sem disparar contra o inimigo), posicionando-as mais à frente, beneficiando do terreno bastante macio, que terá facilitado essa operação, e ocultando-se novamente atrás dessa muralha improvisada, aguardando a chegada do inimigo.
- 3- O avanço inicial dos ingleses foi tão curto que estes, tendo conseguido forçar os inimigos a virem ao seu encontro, tiveram tempo de regressar às posições iniciais, atrás das estacas.

Em nossa opinião, inicialmente os arqueiros ingleses não deixaram a segurança das estacas. Num primeiro momento, podem ter avançado alguns metros, recolocando as estacas na nova posição, pois a proteção que elas ofereciam era essencial para travar a carga da cavalaria inimiga. Só num segundo momento, quando a barreira de estacas deixou de ser necessária, é que avançaram sobre o inimigo.

A primeira reação francesa foi a de pôr em prática o seu plano (inspirado no Plano de Boucicaut). Portanto, a iniciativa coube às alas de cavaleiros, que procuraram carregar sobre os arqueiros ingleses. No plano inicial, esta

carga deveria ser feita sobre as alas (até porque os franceses não previram a presença de arqueiros ingleses no centro) e assim deve ter sido executado em Agincourt, mas sem o sucesso esperado. Mais uma vez, as razões apontadas para o fracasso da carga da cavalaria francesa divergem consoante os relatos. Alguns cronistas franceses, sobretudo os que estão ligados à Casa da Borgonha, explicaram o fracasso pela incompetência do comando desses corpos de cavalaria (naturalmente, nomes ligados aos Orleanistas), referindo que foram incapazes de reunir o número de cavaleiros necessário para efetuar a carga com sucesso. Outro fator também referido foi a cobardia de alguns desses cavaleiros, que, perante os disparos dos arqueiros, fugiram ou procuraram alvos mais fáceis. As narrativas inglesas e os historiadores apontam outras causas, como o terreno pesado e a ação dos arqueiros, e Anne Curry não deixa também de referir a possibilidade da falta de efetivos nos corpos de cavalaria. O solo enlameado e revolvido impediu um avanço suficientemente rápido dos cavaleiros, dando tempo aos arqueiros de atuarem e de lançarem as suas setas de forma cadenciada, gerando o pânico entre os homens de armas e as suas montadas — embora perfeitamente treinados para a guerra, nem uns nem outros estariam preparados para uma contínua chuva de setas! Muitos cavalos tombaram, arrastando consigo os seus cavaleiros; os homens de armas que resistiram aos disparos e prosseguiram a sua marcha acabaram por chocar contra a barreira de estacas; outros retiraram de forma desordenada, continuando a ser atingidos pelos disparos dos arqueiros e indo embater na gigantesca vanguarda francesa que entretanto começara também a avançar, como nos relata o cronista Monstrelet:

“Devido à força dos lançamentos das setas e do receio em relação a esses lançamentos, a maioria dos outros [cavaleiros] retrocedeu na direção da vanguarda francesa, causando grande desordem e quebrando a linha em vários sítios, fazendo-os cair no solo que tinha sido recentemente cultivado. Os seus cavalos tinham sido tão atormentados pelo disparo das setas dos arqueiros ingleses que não os conseguiam segurar ou controlar. Como resultado, a vanguarda caiu em desordem e um incontável número de homens de armas começou a tombar” (in Curry, 2000: 161).

O Plano Boucicaud tinha previsto também um ataque à retaguarda do exército inglês por parte de um dos corpos de cavalaria e essa manobra terá também sido realizada, possivelmente na fase inicial da batalha, embora não seja possível afirmá-lo com total segurança. As crônicas indicam-nos diferentes autores dessa carga. A *Gesta* relata que a carriagem foi atacada logo no início da batalha por “salteadores franceses [que] a observavam de quase todos os lados, com a intenção de cair sobre ela assim que vissem os dois exércitos envolvidos”, tendo conseguido roubar peças do “tesouro régio de grande valor, uma espada e uma coroa, entre outros objetos preciosos” (in Curry, 2000: 35). Monstrelet conta-nos que o ataque à carriagem inglesa foi levado a cabo por “Robinet de Bournville, Riflart de Clamace, Isembard d’Azincourt e outros homens de armas, acompanhados por 600 camponeses”, que roubaram, entre outras coisas, vários dos cavalos que ali se encontravam (in Curry, 2000: 163).

Alguns cronistas ligam este episódio com o momento trágico da execução dos prisioneiros franceses, que relataremos mais adiante uma vez que essa relação parece ter sido criada *a posteriori* por razões políticas (ou ilibar o rei inglês da sangrenta decisão, ou culpar algumas figuras da nobreza francesa pelo sucedido). O que agora nos importa é explicar o fracasso de mais uma das operações delineadas pelos franceses. Desta vez, o que parece ter levado a esse fracasso terá sido a escassez de homens e, sobretudo, a escassez de bons cavaleiros para cumprirem essa missão de modo a lançarem o pânico entre as linhas inglesas através de um eficaz ataque à retaguarda. Os grandes nobres de França podem ter-se recusado a liderar esta operação menor, preferindo integrar-se na vanguarda, onde supostamente maior honra os aguardava, ou no corpo central. Outra hipótese prende-se com a dificuldade dos franceses em reunirem um grupo de cavaleiros suficientemente grande (como alguns cronistas sugerem que possa ter também ocorrido em relação ao corpo de cavalaria que tentou atacar os arqueiros). Por fim, a utilização de cavaleiros de menor graduação, mas oriundos de Agincourt e das redondezas, poderá estar relacionada com um maior conhecimento que estes teriam do terreno, o que lhes permitiria atingir as linhas inimigas sem serem detetados, o que de facto parece ter acontecido.

Recapitulemos o que até agora se passou no campo militar de Agincourt. Os ingleses abriram as hostilidades com disparos dos seus duzentos arqueiros camuflados no bosque junto a Tramecourt, forçando os franceses a acionarem o seu plano de batalha. Aos disparos desses arqueiros poderão ter sido acrescentados os dos arqueiros da linha avançada inglesa e mesmo dos flancos. Entretanto, pelo menos numa das alas, a cavalaria francesa carregou sobre os arqueiros inimigos, com o objetivo de anular o seu poder de fogo. Simultaneamente, a vanguarda francesa iniciou a sua marcha, esperando que, entretanto, os arqueiros fossem dispersados pela cavalaria e fosse possível atingir a linha de homens de armas ingleses sem grande dificuldade. O plano falhou, tal como falhou a manobra de contornar o exército inglês e surpreendê-lo pela retaguarda: esse ataque ficou limitado a uma simples operação de pilhagem. Na linha da frente, a primeira unidade da cavalaria francesa foi rechaçada com grande facilidade pelos arqueiros e retirou desordenadamente, indo chocar com a sua própria vanguarda. Livres da ameaça da cavalaria, os arqueiros ingleses puderam avançar abertamente pelo terreno, até terem a desordenada vanguarda inimiga ao alcance dos seus disparos. A partir daí, lançaram as suas setas, mantendo uma rápida cadência de tiro.

Dado o grande número de inimigos à frente dos arqueiros ingleses, não era preciso atirar com grande rigor para acertar no alvo: o disparar contínuo de setas, “tão denso como um dilúvio, obscureceu o céu e feriu um grande número dos seus oponentes”, escreveu o Religioso (in Curry, 2000: 107). Milhares de projéteis caíram a cada minuto sobre a vanguarda francesa de forma avassaladora (cada arqueiro bem treinado poderia, como já anteriormente referimos, lançar 10 a 12 setas por minuto — multiplique-se esse valor por cerca de 6000 a 7000 arqueiros e temos cerca de 70 000 setas a caírem sobre os franceses nesse curto espaço de tempo!), forçando-os a avançar de cabeça baixa, como escreveu um cronista. Muitos foram feridos pelas setas, que podiam penetrar pelas viseiras dos bacinetes ou pelos interstícios das armaduras (estas áreas de ligação das peças do arnês,

como as que uniam os peitorais aos braçais, eram mais vulneráveis); outros terão ficado atordoados pelo impacto continuado das pontas metálicas nos seus bacinetes e arneses; outros ainda perdiam o equilíbrio devido ao terreno pesado e à passagem dos cavalos descontrolados. Mesmo assim, a vanguarda francesa realizou uma manobra que poderá ter sido parcialmente imposta pela desordem instalada, mas que nos parece intencional: dividiu-se em três unidades distintas, que tinham como objetivo atacar a linha de homens de armas inglesa em três pontos diferentes, como nos descreve o autor da *Gesta*:

“(...) a nobreza francesa, que tinha previamente avançado lado-a-lado e estava já prestes a enfrentar-nos, ou por receio dos projéteis que pela sua própria força perfuravam a cobertura e os visores dos seus bacinetes, ou para (...) romperem os nossos pontos mais fortes e atingirem os estandartes [das três divisões inglesas], dividiram-se em três colunas, atacando a nossa linha de batalha em três locais onde se encontravam os estandartes. E na *mêlée* que a seguir se gerou, acometeram contra os nossos homens numa tão feroz carga que os forçaram a recuar pelo menos a distância de uma lança” (in Curry, 2000: 36).

Tinha assim início o momento mais longo e mais sangrento do confronto. Face à proximidade dos homens de armas franceses, os arqueiros ingleses (com muito maior capacidade de movimentação, graças à ausência de equipamento defensivo pesado), retiraram para os flancos, continuando a disparar contra os inimigos, agora envolvidos por um fogo cruzado. Anne Curry (2010: 253) sugeriu que estes arqueiros poderiam mesmo recolocar-se no centro, entre a vanguarda francesa e a segunda linha que entretanto também se aproximava, para disparar sobre esta, enquanto as alas mantinham o fogo sobre a vanguarda.

O primeiro momento de combate corpo-a-corpo deu-se entre parte da vanguarda da flor-de-lis e a vanguarda inglesa, que estava posicionada um pouco mais à frente no terreno, como já foi referido. Por essa razão, a companhia de York terá sido uma das que sofreu mais baixas na batalha

(um quarto do total, segundo Anne Curry), incluindo o seu próprio comandante, que perderia a vida na refrega. Como escreveu o Capelão, na citação acima transcrita, o ímpeto da carga francesa forçou a vanguarda inglesa a recuar. No entanto, este recuo acabou por ser benéfico para os ingleses. Como referimos mais atrás, os franceses tinham decidido encurtar as suas lanças para mais facilmente as manobrem durante a batalha. A decisão era, à partida, bastante sábia, uma vez que o elevado número de homens que compunham a vanguarda francesa limitava o espaço de ação de cada homem, pedindo armas mais pequenas, mais leves e fáceis de manusear. No entanto, num confronto entre lanceiros, têm vantagem os que empunham lanças mais compridas, pelo simples facto de poderem golpear o inimigo a uma maior distância, e assim aconteceu. Os ingleses golpearam os seus adversários com golpes de lança, derrubando-os e quebrando o seu ímpeto. A vanguarda francesa ficou completamente cercada: não conseguia avançar, não tinha para onde recuar, pois atrás de si estavam já os homens de armas do corpo central francês, pelo que não havia espaço de manobra nessa direção, e os flancos estavam cobertos pelos arqueiros ingleses. Começava então um sangrento combate corpo-a-corpo, que contou com a colaboração dos arqueiros, como nos relata o Capelão:

“Então a batalha atingiu o seu momento mais violento e os nossos arqueiros prepararam as setas mais afiadas e libertaram-nas todas contra os flancos do inimigo, mantendo a luta sem uma pausa. E quando as suas setas tinham sido todas usadas, empunhando achas, estacas, espadas e pontas de lança que se encontravam caídas em redor, feriram, golpearam e trespassaram o inimigo” (in Curry, 2000: 36).

Os arqueiros foram decisivos também neste momento de combate corpo-a-corpo, recorrendo a todo o tipo de armas de mão e de choque. O Religioso refere que utilizaram “um tipo de arma até então desconhecido — grandes malhos cobertos de chumbo, com os quais, com um único golpe na cabeça, podiam matar um homem ou fazê-lo cair no chão, inconsciente” (in Curry, 2000: 107). Mais leves, capazes de se movimentarem melhor, aproximavam-se

dos seus inimigos e derrubavam-nos mortalmente, ou matavam os homens de armas que se encontravam caídos e imobilizados na lama usando as espadas, adagas ou outras armas brancas para os golpear através das viseiras dos bacinetes, ou para os degolarem e ferirem por outras aberturas do arnês. Esta ação dos arqueiros, combinada com a dos homens de armas ingleses, liderados por Henrique V (que, segundo algumas crônicas, correu risco de vida, vendo a sua coroa ser golpeada e danificada, mas que também teve pelo menos um ato heroico, ao proteger o irmão, Gloucester, que tinha sido derrubado, colocando-se sobre ele e impedindo que os inimigos o ferissem ou capturassem), abriu brechas nas linhas da vanguarda francesa, permitindo a sua rápida eliminação ou neutralização e o avanço na direção do corpo central, que também cedeu. Caídos ou capturados os principais nobres, os franceses ficaram sem comando. A retirada foi a única opção possível para o que restava do seu exército. Como escreveu Monstrelet, “a retaguarda estava ainda a cavalo, mas vendo as duas primeiras batalhas a ter tão má prestação, os seus homens puseram-se em fuga, exceto alguns dos comandantes” (in Curry, 2000: 162). Decorridas cerca de três horas desde que a batalha se iniciara, com o sinal dado por Thomas Erpingham, os homens de Henrique V afiguravam-se claramente vencedores.

O rescaldo da batalha

Finda a batalha, os franceses procuravam fugir ou reagrupar-se a uma distância segura, enquanto os ingleses recolhiam os seus mortos e feridos e capturavam ou reuniam os seus prisioneiros. Foi neste momento que se deu o episódio mais chocante desta batalha, o massacre de muitos prisioneiros franceses. Como foi já referido, alguns cronistas apontam o ataque à carriagem inglesa como o acontecimento que despoletou esta ordem de Henrique V. A ser assim, a ordem deveria ter sido dada durante a *mêlée* ou em momentos anteriores, o que nos parece altamente improvável, tanto mais que algumas crônicas sugerem também uma recusa inicial por parte dos ingleses em executarem os seus prisioneiros, levando Henrique a no-

mear alguns homens (nomeadamente arqueiros) para executarem a mórbida tarefa. Todas estas ações e diálogos não poderiam ter ocorrido em simultâneo com o decorrer dos confrontos. Outros cronistas consideram que a ordem foi uma (inevitável) reação inglesa face a um eventual reagrupar de combatentes franceses. Numa situação dessa natureza, temia-se que os prisioneiros pudessem aproveitar uma ofensiva francesa para se juntarem aos seus compatriotas e, beneficiando também do cansaço dos ingleses, virar o rumo da batalha a seu favor. O autor da *Gesta* descreve essa situação:

“Então (...) ouviu-se um grito de alerta, [clamando] que a retaguarda montada do inimigo (em números incomparáveis e ainda fresca) estava a reagrupar-se nas suas posições e linha de combate, para lançar um ataque sobre nós, que éramos poucos e estávamos cansados. E de imediato, independentemente da sua distinção, os prisioneiros, exceto os duques de Orleães e Bourbon, certos homens ilustres que estavam na ‘batalha’ do rei e muito poucos outros, foram mortos pelas espadas dos seus captores ou de outros que se lhes seguiram, para que não nos envolvessem em maior tragédia na luta que se iria travar” (in Curry, 2000: 37).

Se a primeira razão apontada nos parece improvável (o Capelão, por exemplo, não relaciona os dois acontecimentos), a segunda já parece ter um fundamento de verdade. Havia ainda muitos franceses nas redondezas de Agincourt e, embora não estivessem aparentemente moralizados nem tivessem um comando capaz de os reagrupar, os ingleses não podiam correr riscos. Estavam desgastados por longos dias de marcha e por uma dura batalha. Calais estava a poucos dias de distância, mas esta teria de ser percorrida com grandes precauções. Não era possível, portanto, levar os prisioneiros todos, por muito que essa decisão desgostasse os homens ansiosos por receberem o pagamento dos respetivos resgates. Não era também seguro libertá-los, pois poderiam juntar-se às hostes francesas. A única solução que Henrique V terá encontrado passou pela execução de todos aqueles que não tinham a felicidade de pertencer aos escalões mais elevados da sociedade da época.

A recusa em matar os prisioneiros, que vários cronistas referem, pode ter ocorrido, pelas razões já apontadas, mas a ordem foi efetivamente levada a cabo. E se havia franceses nas redondezas que procuravam reagrupar-se e que testemunharam o massacre, a execução dos seus compatriotas deverá ter tido um efeito dissuasor...

Quando ficou claro que os franceses não tinham intenção (pelo menos nesse momento) de reavivar qualquer espécie de confronto, deixando o campo de batalha nas mãos dos ingleses, estes puderam começar a retirar os seus mortos e feridos do campo de batalha e a procurar, entre os inumeráveis corpos caídos, inimigos que ainda estivessem vivos e que pudessem valer um bom resgate. Embora as crónicas sejam unânimes em afirmar que houve poucas vítimas mortais no seio da hoste inglesa, a verdade é que os seus corpos não podiam ser deixados ao abandono. Aparentemente, só as ossadas dos duques de York e do conde de Suffolk foram levadas para Inglaterra, embora outras possam também ter seguido para o mesmo destino, pois o cronista Dynter escreveu que os ingleses “levaram os corpos dos grandes nobres para Inglaterra”. Para o efeito, esses corpos foram fervidos para remoção dos ossos, um processo que era mais rápido e prático do que o embalsamamento. Em relação aos outros mortos de inferior estatuto, Dynter conta que os ingleses “puseram corpos e muito equipamento num grande celeiro e queimaram-nos” (in Curry, 2000: 175), uma decisão compreensível, uma vez que não havia tempo para enterrar todos os mortos nem forças disponíveis para essa tarefa e, por outro lado, os corpos não poderiam ser transportados nem poderiam permanecer a céu aberto.

Segundo nos contam Le Fèvre e Waurin, “desde o momento da vitória, os arqueiros tinham estado a despojar os mortos e a retirar-lhes as armaduras. (...) Os arqueiros transportaram as armaduras dos mortos para o seu acampamento em cavalos” (in Curry, 2000: 165), o que indicia uma grande quantidade de peças recolhidas. A recolha de despojos era uma prática habitual no final de qualquer batalha, como meio de obter mais algum rendimento. No entanto, havia regras a cumprir e nada poderia colocar em risco a segurança de todos. O rei inglês, como vimos, procurava em primeiro lugar garantir que o seu exército estaria apto a chegar rapidamente a Calais

e aí, em segurança, preparar-se para regressar a Inglaterra. Conta-nos Waurin que, quando soube que grandes quantidades de equipamento defensivo tinham sido retiradas pelos seus homens do campo de batalha, o rei ...

... “proclamou por todo o seu exército que ninguém deveria levar consigo mais do que necessitava para [proteger] o seu próprio corpo, e que ainda não estavam livres de perigo dos franceses. Então, o rei de Inglaterra ordenou que todas as armaduras que estavam em excesso (...) deveriam ser colocadas numa casa ou celeiro. Aí foram completamente destruídas pelo fogo” (in Curry, 2000: 165).

Ao entardecer, para garantir que o seu exército descansasse o suficiente para retomar a marcha no dia seguinte, o rei (segundo vários cronistas, por sugestão dos seus conselheiros) mandou regressar os seus homens a Maisoncelles. Foi aqui que recuperaram as forças e festejaram a vitória e, num dado momento, o rei terá novamente discursado perante os seus homens. Segundo o Religioso, Henrique V “agradeceu-lhes por terem ariscado a vida de forma tão corajosa”, lembrou a “justiça da sua causa” e a legitimidade das suas pretensões em “recuperar as terras dos seus antecessores que tinham sido injustamente usurpadas”, pediu-lhes para não se deixarem “cegar pelo orgulho” e para atribuírem o sucesso desse dia à “especial graça de Deus, que tinha trazido defronte da sua pequena companhia uma tal multidão de franceses e lhes tinha derrubado a insolência e o orgulho” e terminou lamentando o sangue derramado na batalha (in Curry, 2000: 108-109).

Na manhã de dia 26 de outubro, sábado, os ingleses retomaram a marcha, passando novamente pelo campo de batalha. De acordo com o relato de Monstrelet, encontraram ainda alguns franceses vivos, que “prenderam ou mataram” (in Curry, 2000: 165-166). Efetivamente, para além da execução dos prisioneiros no final do combate, terá havido mais tarde o massacre de muitos dos feridos que agonizavam no campo de batalha. Ainda no próprio dia do prélio, alguns representantes dos franceses terão pedido a Henrique V

para recolherem entre o amontoado de corpos que se encontravam no campo de batalha os seus feridos e mortos. Nessa altura, o rei não deu uma resposta positiva ao pedido. Pelo contrário, conta-nos a “Crónica de Ruisseauville” que ...

“... o rei de Inglaterra tinha 500 homens bem armados e enviou-os para junto dos mortos, para lhes retirar as suas cotas de armas e uma grande quantidade de armaduras. Estes homens levavam pequenas achas nas mãos e outras armas e cortaram quer os mortos quer os feridos no rosto, para que não pudessem ser reconhecidos, quer os ingleses que estavam mortos, quer os outros” (in Curry, 2000: 126).

Este ato, que terá ocorrido na noite da batalha e prosseguido no dia seguinte, pode ser interpretado, segundo Anne Curry, como um gesto de misericórdia ou como a continuação da matança do dia anterior.

Outros relatos dizem-nos que, ao passar novamente por Agincourt, os ingleses depararam-se com um cenário desolador, como nos contam Le Fèvre e Waurin:

“No dia seguinte, que era um sábado, os ingleses deixaram Maisoncelles muito cedo, de manhã, e, com todos os seus prisioneiros, visitaram novamente o campo onde a batalha tinha tido lugar. (...) O rei inglês parou no campo, olhando para os mortos. Era motivo de piedade ver os grandes nobres [franceses] (...) porque estes estavam completamente nus como recém-nascidos, pois durante a noite tinham sido despojados, quer pelos ingleses quer pelos camponeses das redondezas” (in Curry, 2000: 166).

Após a partida da hoste inglesa, os franceses iniciaram os trabalhos de remoção e exumação dos corpos. De acordo com a “Crónica de Ruisseauville”, o bispo de Thérouanne (a cuja diocese pertencia Agincourt) mandou consagrar o solo do campo de batalha; “fez cinco valas e em cada vala foram sepultados 1200 homens ou mais (...) e em cada uma foi colocada uma grande cruz de madeira” (in Curry, 2000: 127).

Henrique V chegou a Calais provavelmente no dia 29 de outubro, tendo pernoitado em Guines antes de entrar triunfalmente na sua cidade, onde celebrou a festa de Todos os Santos. A 11 de novembro, partiu para Dover, onde desembarcou cinco dias depois, para seguir o caminho da Cantuária e entrar em Londres a 23 do mesmo mês. Antes de o rei chegar a Londres, já a notícia da sua vitória se tinha feito ouvir na cidade, tendo sido discutida na sessão do parlamento de 4 de novembro, que pareceu favorável à ideia de continuar a apoiar o esforço militar do seu monarca em França.

Baixas

A mesma imprecisão que encontramos nos diferentes relatos em relação ao número de efetivos de ambos os lados existe também no que diz respeito aos montantes das vítimas (mortos e prisioneiros) da batalha de Agincourt. Os valores dos mortos franceses oscilam grandemente, entre os 1500 (*“Crónica de John Hardyng”*, cujo autor serviu na companhia de Robert Umfraville na expedição de 1415) e os 12 000 (na crónica *“Brut”*). Quanto aos mortos entre as hostes de Henrique V, a maioria das crónicas inglesas menciona valores entre uma e três dezenas de homens (os mais ilustres), com as exceções de Titus Livius (100 baixas) e do Pseudo-Elmham (102 baixas). Os relatos de origem francesa sugerem valores mais elevados, entre os 600 (Juvenal dos Ursinos) e os 1600 (Waurin e Le Fèvre). Perante estes dados, os historiadores revelam-se extremamente cautelosos (e nós concordamos com essa opção), recorrendo aos números sugeridos pelas crónicas e evitando dar valores totais. Temos o exemplo de Matthew Bennett, que refere apenas a morte de 600 nobres e cavaleiros e a captura de cinco duques, doze condes e outros líderes franceses, partindo do exemplo de muitos cronistas. Juliet Barker sugere um mínimo de 112 vítimas inglesas (das quais dois terços eram arqueiros), mas em relação às vítimas francesas não sugere valores, preferindo destacar, tal como Anne Curry, a elevada mortalidade entre estes e o impacto dessas perdas na zona norte da França, uma vez que a grande

maioria dos nomes registados nas listas dos arautos e dos cronistas é de nobres e cavaleiros dessa região, muitos deles ligados por laços familiares. Para além disso, todos os grandes de França perderam alguém na batalha, incluindo o próprio Carlos VI, que perdeu sete parentes próximos (entre os quais estavam os duques de Alençon e de Bar e o conde de Marle), e João “Sem Medo”, que perdeu dois dos seus irmãos em Agincourt (António, duque de Brabante, e Filipe, conde de Nevers). Em suma, embora seja impossível saber ao certo quantos guerreiros perderam a vida na batalha de Agincourt (nem os contemporâneos saberiam responder a essa pergunta), podemos ainda assim apontar para duas conclusões: a primeira, é a desproporção de vítimas mortais entre os vencedores e os vencidos; a segunda, é o elevado número de figuras da nobreza francesa que morreram em combate ou que foram posteriormente executadas, com grande predominância para as que eram oriundas do Norte de França.

Além dos mortos, as crónicas referem-se também aos prisioneiros. Também aqui os números variam, sendo os mais elevados de 700 (Walsingham), 1500 (Monstrelet), 1600 (Le Fèvre e Waurin) e 2200 (“Crónica de Ruisseauville”). A tendência das crónicas é a de destacar os nomes dos prisioneiros mais ilustres, símbolo maior da grandeza do triunfo de Henrique V, como faz o autor da *Gesta*, ao escrever que “foram feitos prisioneiros os duques de Orleães e Bourbon, os condes de Richemont, Vendôme e Eu, e também o mais valioso dos cavaleiros, o senhor de Boucicaut, marechal de França” (in Curry, 2000: 38).

Breve balanço do combate

Vejamos, para terminar este olhar sobre a batalha de Agincourt, os fatores que conduziram a um desfecho favorável aos ingleses:

- 1 - O terreno onde se travaram os confrontos estava delimitado lateralmente pelos arvoredos de Agincourt e de Tramecourt, o que impediu os franceses de alargarem as suas linhas ou de realizarem

manobras que permitissem flanquear o exército inglês para o atacar pelas alas ou pela retaguarda de forma mais eficaz.

- 2 - O estado do terreno, muito pesado por ter sido recentemente cultivado e por estar alagado devido às chuvas intensas que caíram na noite (e possivelmente em dias anteriores), dificultou grandemente o avanço da cavalaria francesa e dos seus homens de armas. Estes, vestidos com pesado equipamento defensivo, ficavam presos na lama e perdiam o equilíbrio e a mobilidade. Por outro lado, o facto de o terreno estar enlameado terá facilitado a remoção e colocação das estacas que serviram de barreira de proteção ao exército inglês.
- 3 - A tática utilizada por Henrique V, assente no poder de fogo dos seus arqueiros, foi também fulcral para o desfecho do confronto. Recordemos que os homens de armas franceses eram muito mais numerosos do que os homens de armas ingleses, pelo que um choque entre os dois blocos de infantaria (ou melhor, de cavalaria apeada) conduziria provavelmente à vitória francesa, como estes aliás acreditavam que aconteceria, apostando tudo no reforço da sua vanguarda. Tendo ao seu dispor um exército maioritariamente composto por arqueiros, o monarca inglês (auxiliado pelos seus conselheiros) recorreu ao grande poder de fogo destes combatentes, que foram capazes de rechaçar a carga inicial da cavalaria francesa e de semear a desordem entre os homens de armas, reduzindo o seu número e abrindo brechas nas suas linhas, permitindo a participação dos mesmos arqueiros nos combates corpo-a-corpo que ocorreram na *mêlée*. Por outras palavras, sabendo que o combate corpo-a-corpo não seria vantajoso para si, os ingleses apostaram inicialmente no combate à distância para reduzir a superioridade numérica francesa e forçá-los a cometer erros e a romper a sua formação compacta. A ineficácia da carga da cavalaria e a colocação dos seus arqueiros e besteiros em linhas recuadas impediram os franceses de ripostar à distância, deixando os ingleses totalmente livres para atingirem o seu adversário à medida que este avançava no terreno.

4 - A capacidade de comando de Henrique V e a coesão do exército inglês. O rei inglês tinha já participado numa batalha e tinha sobre os seus homens grande autoridade. Entre estes havia, além do mais, uma grande união gerada não só por estarem juntos pelo menos desde o cerco de Harfleur, mas também pelas agruras sofridas desde então, na longa marcha até Agincourt. Pelo contrário, o exército francês não tinha um comandante máximo bem definido e consensual. O duque de Orleães, a quem foi entregue o comando pela sua ligação de sangue a Carlos VI, não tinha a experiência de homens como Boucicaut ou d'Albret. Agravou esta situação o facto de haver várias alterações ao plano de batalha francês, inicialmente concebido pelo marechal francês e alterado em Rouen e, depois, em Agincourt. Quanto ao exército francês, vimos que era composto por unidades de proveniência diversa, ao serviço de diferentes senhores que se integraram apressadamente numa grande hoste sem conhecimento mútuo e que iria combater de uma forma naturalmente mais desordenada pela acumulação de todos estes fatores.

Depois da batalha — de Agincourt ao fim da Guerra dos Cem Anos

Com a vitória em Agincourt, Henrique V ficou numa posição vantajosa. Internamente, a sua legitimidade tornou-se indiscutível e o apoio do parlamento e dos grandes do reino permitiu ao monarca a preparação de uma nova ofensiva em França. No dia 15 de agosto de 1416, foi dado um importante passo nesse sentido, com a vitória da frota inglesa liderada pelo duque de Bedford (irmão do rei) numa batalha naval travada na foz do Sena contra uma frota francesa e genovesa. Este triunfo permitiu garantir a defesa de Harfleur e enfraqueceu as defesas marítimas no norte de França, abrindo caminho para uma nova invasão, que teve início em agosto de 1417. Ao comando de 10 000 homens, Henrique V desembarcou na foz do rio Tourques, na Normandia. Seguiram-se diversas operações de cerco bem-sucedidas (Caen, Alençon, Falaise e Rouen, entre outras) que deixaram

esse ducado nas mãos dos ingleses no verão de 1419 e permitiram o seu avanço para sul, até à região do rio Sena. Entretanto, a guerra civil entre Orleanistas e Borguinhões reiniciara-se: João “Sem Medo”, aproveitando a ofensiva inglesa, avançou sobre Paris (maio de 1418), ficando a dominar a cidade e o rei Carlos VI, mas acabou por ser assassinado em Montereau a 10 de setembro de 1419. Este evento facilitou uma aliança entre Henrique V e Filipe da Borgonha, filho e sucessor do falecido duque, e permitiu ao monarca reavivar as suas pretensões ao trono francês.

No ano seguinte (1420), Henrique obteve de Carlos VI a assinatura do Tratado de Troyes, que deixou o monarca inglês como regente de França e sucessor do rei francês, de que se tornou genro por via do seu casamento com Catarina de Valois. Como seria de prever, o delfim Carlos e os Orleanistas contestaram este tratado, o que levou à continuação das operações militares inglesas em França. Seguiu-se um período com sucessos e revezes para ambos os lados. Clarence morreu nos confrontos em Baugé, em março de 1421, e nesse mesmo ano teve início o cerco de Meaux, durante o qual Henrique V contraiu disenteria, acabando por morrer a 31 de agosto de 1422, ironicamente poucas semanas antes do seu sogro Carlos VI (21 de outubro), o que retirou ao monarca inglês a possibilidade de concretizar a ambição de se fazer coroar rei de França! Dada a tenra idade de Henrique VI (nascido em dezembro de 1421, do casamento entre Henrique V e Catarina, filha do rei francês), iniciou-se um período de regência do duque de Bedford, tio do novo monarca, que manteve vivo o esforço de guerra em França: os ingleses obtiveram importantes triunfos em Cravant (31 de julho de 1423) e em Verneuil (17 de agosto de 1424), abrindo caminho a uma ofensiva no Maine que culminou, em 1428, com o cerco de Orleães, que se arrastaria até maio de 1429.

Orleães significou o ponto de viragem no rumo desta fase final da Guerra dos Cem Anos. Apesar do elevado número de homens da hoste sitiante (4000), alguns fatores permitiram que a cidade resistisse e os franceses fossem capazes de a libertar. Em primeiro lugar, o conde de Salisbury, que comandava as operações de cerco, morreu nos confrontos; em segundo lugar, os ingleses perderam o apoio dos seus aliados borguinhões e, con-

sequentemente, o acesso à artilharia que estes possuíam; em último lugar, foi nesta ocasião que surgiu a figura inspiradora de Joana d'Arc, que contribuiu para aumentar o ânimo dos franceses e lhes trouxe várias vitórias.

Levantado o cerco, continuaram os desaires para os ingleses, que em junho saíram derrotados numa batalha disputada em Patay (desta vez, os arqueiros não foram capazes de travar a carga da cavalaria inimiga, acabando por ser cercados e vencidos) e não conseguiram sustentar a ofensiva francesa para norte, pelo facto de terem descurado as guarnições das praças dessa região à medida que foram avançando para o interior da França. A 17 de julho de 1429, Carlos VII foi coroado em Reims. Apesar de, em 1431, os ingleses terem aparentemente equilibrado um pouco os acontecimentos, com a captura de Joana d'Arc e o seu julgamento em Rouen e com a coroação em Paris, no final desse mesmo ano, do jovem Henrique VI, a verdade é que as investidas francesas eram já imparáveis. Em 1435, Carlos VII reconquistou Dieppe e Harfleur e, no ano seguinte recuperou o controlo de Paris; no campo diplomático, o monarca francês obteve também uma importante vitória, com a aliança estabelecida com o duque da Borgonha.

A defesa da Normandia estava a consumir cada vez mais homens e dinheiro e os ingleses cometeram um novo erro ao reabrirem as hostilidades noutra cenário até aqui esquecido, a Aquitânia, o que os forçou a dividir forças e recursos. A 28 de maio de 1444, foi assinada uma frágil trégua entre os dois reinos, que duraria até 1449. Esses cinco anos de alguma pacificação foram aproveitados por Carlos VII para reestruturar as forças militares do reino, através da criação das Companhias da Grande Ordenança (com cerca de 7000 homens, base do que viria a ser o primeiro exército permanente francês), da criação de milícias concelhias de arqueiros e da grande aposta no desenvolvimento da artilharia pirobalística (destacando-se aqui o trabalho dos irmãos João e Gaspar Bureau). O monarca francês fez também uma série de reformas financeiras que garantiram o financiamento das operações militares e procurou cimentar algumas alianças diplomáticas, com destaque para a que estabeleceu com o duque de Bretanha. Já os ingleses, desaproveitaram o período de tréguas, descurando quer as fortalezas quer as guarnições que as defendiam e não apostando no tipo de armamento

que se estava já a tornar indispensável na guerra dos alvares da Época Moderna: as armas de fogo.

346

O recurso às armas pirobalísticas revelou-se fundamental para os franceses combaterem os ingleses nos mesmos termos em que estes o faziam, substituindo as tradicionais táticas que apostavam no combate corpo-a-corpo das infantarias pelo recurso a armas que atuavam à distância com grande eficácia. A guerra é feita de constantes inovações e adaptações. O recurso aos corpos de arqueiros e besteiros, aliados a unidades de homens de armas apeados (muitas vezes equipados com lanças ou com outras armas de haste de grande dimensão) surgiu como resposta ao domínio da cavalaria pesada e de táticas militares que privilegiavam ainda o combate corpo-a-corpo. Enquanto os franceses não se adaptaram a essa nova realidade, sofreram vários desaires, em Courtrai (frente aos flamengos), ou em Crécy, Poitiers e Agincourt (diante dos ingleses). Até este momento, as armas de maior alcance eram as armas neurobalísticas (arco longo e besta), mas a aposta nas armas pirobalísticas passou a dar vantagem aos franceses, que podiam atingir os seus adversários com armas cada vez mais poderosas e eficazes, a partir de mais longas distâncias e a dominar as operações de cerco, uma vez que as fortalezas ainda não estavam adaptadas para fazer frente ao novo armamento.

As hostilidades foram reabertas em 1449, e até 1453 os franceses recuperaram a Normandia (1450) e a Aquitânia (1453), pondo fim à Guerra dos Cem Anos. Ironicamente, tal como sucedera com Carlos VI, também Henrique VI começou a sofrer episódios de insanidade e a Inglaterra veio a mergulhar na guerra civil que ficou conhecida como a Guerra das Duas Rosas (1455-1471), culminando no assassinato do monarca inglês e na subida ao poder de uma nova dinastia, a da Casa de York, que pouco tempo reinaria em Inglaterra (seria derrubada por Henrique Tudor, logo em 1485).

A vitória em Agincourt foi fundamental para Henrique V fortalecer o seu prestígio nacional e internacional, e também contribuiu para aumentar a imagem de uma Inglaterra militarmente poderosa. Mas, à luz dos acontecimentos posteriores e do desfecho da Guerra dos Cem Anos, não

se pode considerar uma batalha absolutamente decisiva, pois não pôs fim ao longo conflito entre a Inglaterra e a França, nem garantiu, por si só, a possibilidade de Henrique V (definida pelo Tratado de Troyes e que nunca se concretizou) se sentar no trono de França. O seu filho, Henrique VI, chegou a ser rei de França e de Inglaterra, mas por pouco tempo. O que tem, então, esta batalha de especial? John Keegan escreveu, a esse respeito:

“Agincourt é uma das mais fortes e vividamente visualizadas de todas as passagens épicas da história de Inglaterra e uma das que mais nos apraz contemplar. Trata-se de uma vitória dos fracos sobre os fortes, do soldado raso sobre o cavaleiro, da resolução sobre o exagero bombástico, dos desesperados e acossados, longe das suas terras, sobre os senhores das terras (...). É um passeio escolar ao Old Vic, Shakespeare com prazer, (...) Laurence Olivier em armadura; é um episódio que estimula o interesse de qualquer estudante que se aborreça nas aulas de História, uma demonstração formal da superioridade moral inglesa (...)” (Keegan: 1987, 59).

Efetivamente, Agincourt tornou-se, ao longo dos séculos, tudo isso. A notícia da vitória foi ampla e rapidamente divulgada em Inglaterra graças a canções e a diversas narrativas, algumas de tradição popular, crônicas e peças de teatro, com natural destaque para o prodigioso texto de William Shakespeare que — provavelmente mais do que qualquer outro — contribuiu para manter viva a memória da batalha.

Essa memória perdurou no imaginário inglês, desde o início, como um triunfo dos fracos sobre os poderosos e como uma manifestação do espírito de resiliência e de coragem dos combatentes ingleses, que foi desde então periodicamente recuperado quando necessário, sobretudo em tempos de crise e de conflito. Durante a Grande Guerra, circularam histórias relatando a presença de arqueiros fantasmas (Anne Curry chama-lhes “angelicais”) de Agincourt, surgidos para apoiar os soldados ingleses nas trincheiras da Bélgica, e em plena Segunda Guerra Mundial estreou a mais famosa versão cinematográfica baseada na peça de Shakespeare, realizada e protagonizada

por Laurence Olivier (1944). Compreende-se este retorno cíclico de Agincourt e dos seus heróis. Quer para os combatentes das trincheiras, quer para os que desembarcaram na Normandia, no Dia D, seria reconfortante a visita do espírito de Henrique V,

“Pois ele vai visitar toda a sua hoste,
A todos dá bom dia com sorriso afável
E chama-lhes irmãos, amigos, compatriotas.
Em seu rosto real não há sinal nenhum
Do tremendo exército que o tem cercado;
Nem mesmo concede um nadinha de cor
À noite cansada e passada em vigília;
Apresenta-se fresco e domina a tensão
De semblante alegre e doce majestade,
E todo o infeliz, antes sofredor e pálido,
Ao vê-lo, readquire alento no que vê.
Tal como o sol, o seu olhar liberal
Concede a todos uma universal dádiva
E derrete o frio medo; e simples e nobres
Contemplam — se a modéstia tal pode definir —
«Um ligeiro toque de Harry na noite».”

(Shakespeare, *Henrique V*, IV. 32-47)

Fontes mais importantes

- Chronique de Jean Le Fèvre, Seigneur de Saint Remy*, vol. I, ed. F. Morand, SHF. Paris, 1876.
- Gesta Henrici Quinti. The Deeds of Henry the Fifth*, ed. F. Taylor and J. S. Roskell. Oxford, 1975.
- Jean Juvenal des Ursins, *Histoire de Charles VI, roy de France*, Nouvelle collection des mémoires pour servir à l'histoire de France, ed. Michaud & Poujoulet, series I, vol. 2. Paris, 1836.
- La Chronique d'Enguerran de Monstrelet*, vols. 2 e 3, ed. L. Douet-d'Arcq, SHF. Paris, 1858-9.
- Le Religieux de Saint-Denis, *Histoire de Charles VI*, vols. 4 e 5, ed. L. Bellaguet, Collection de documents inédits sur l'histoire de France. Paris, 1839-44.
- Les Chroniques du roi Charles VII par Gilles le Bouvier dit le béraut Berry*, ed. H. Couteault e L. Celier com M. Jullien de Pommerol. SHF. Paris, 1979.
- Recueil des Croniques et Anchiennes istories de la Grant Bretagne a presente nomme Engleterre par Jehan de Waurin*, vol. 2, ed. W. L. Hardy and E. L. C. P. Hardy. Rolls Series. London, 1864.
- Titi Livii Foro-Julienensis Vita Henrici Quinti*, ed. T. Hearne. Oxford, 1716.

349

Leituras principais

- Anne Curry, *The Battle of Agincourt. Sources & Interpretations*. Woodbridge, The Boydell Press, 2000.
- Anne Curry, *Agincourt. A New History*. Gloucestershire, The History Press, 2010 (ed. orig. 2005).
- Christopher Allmand, *Henry V*. Berkeley and Los Angeles, The University of California Press, 1992.
- Juliet Barker, *Agincourt. The King. The Campaign. The Battle*. London, Abacus, 2006 (ed. orig. 2005).
- Matthew Bennett, *Agincourt 1415. Triumph Against the Odds*. London, Osprey Publishing, 1991.
- Michael K. Jones, *Agincourt 1415*. Foreword Matthew Strickland. South Yorkshire, Pen & Sword Military, 2005.

Leituras complementares

- 350 Anne Curry, *The Hundred Years' War. 1337-1453*. Oxford, Osprey Publishing, 2003.
- Clifford Rogers, *Soldiers Lives Through History*. Westport, Greenwood Press, 2007.
- João Gouveia Monteiro, *Lições de História da Idade Média, sécs. XI-XV*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2012 (ed. orig. 2006).
- João Gouveia Monteiro, "As Ordens Militares e os modelos táticos de combate de um e do outro lado do Mediterrâneo", in J. G. Monteiro, *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*. Coimbra, Salamandra, 2010 (p. 255-301).
- John Keegan, *O Rosto da Batalha*. Trad. port., Lisboa, Fragmentos, 1987 (ed. orig. 1976).
- William Shakespeare, *Henrique V*. Introdução, tradução e notas por M. Gomes da Torre. Porto, Campo das Letras, 2004.

Aquitânia - A Gasconha inglesa



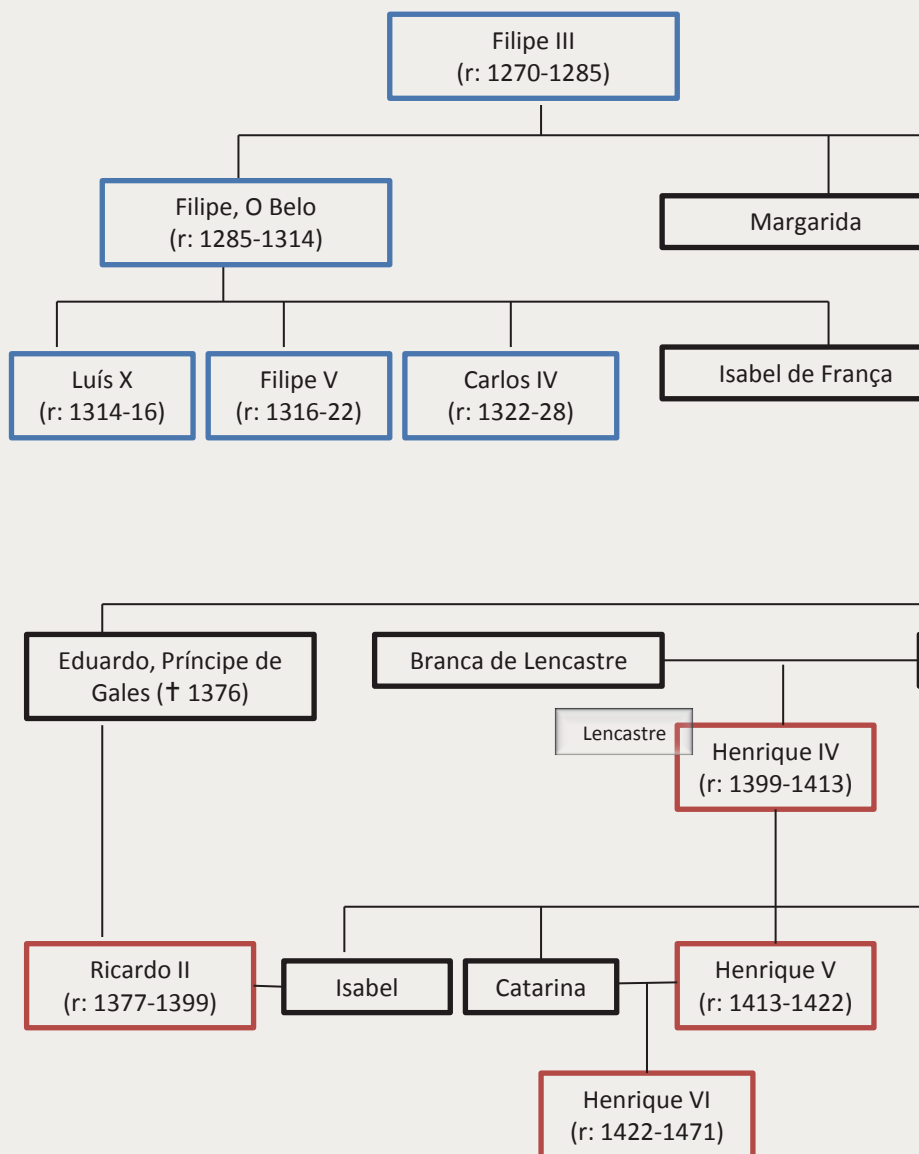
in Juliet Barker, "Agincourt. The King. The Campaign. The Battle". London, Abacus, 2006 (ed. orig. 2005).

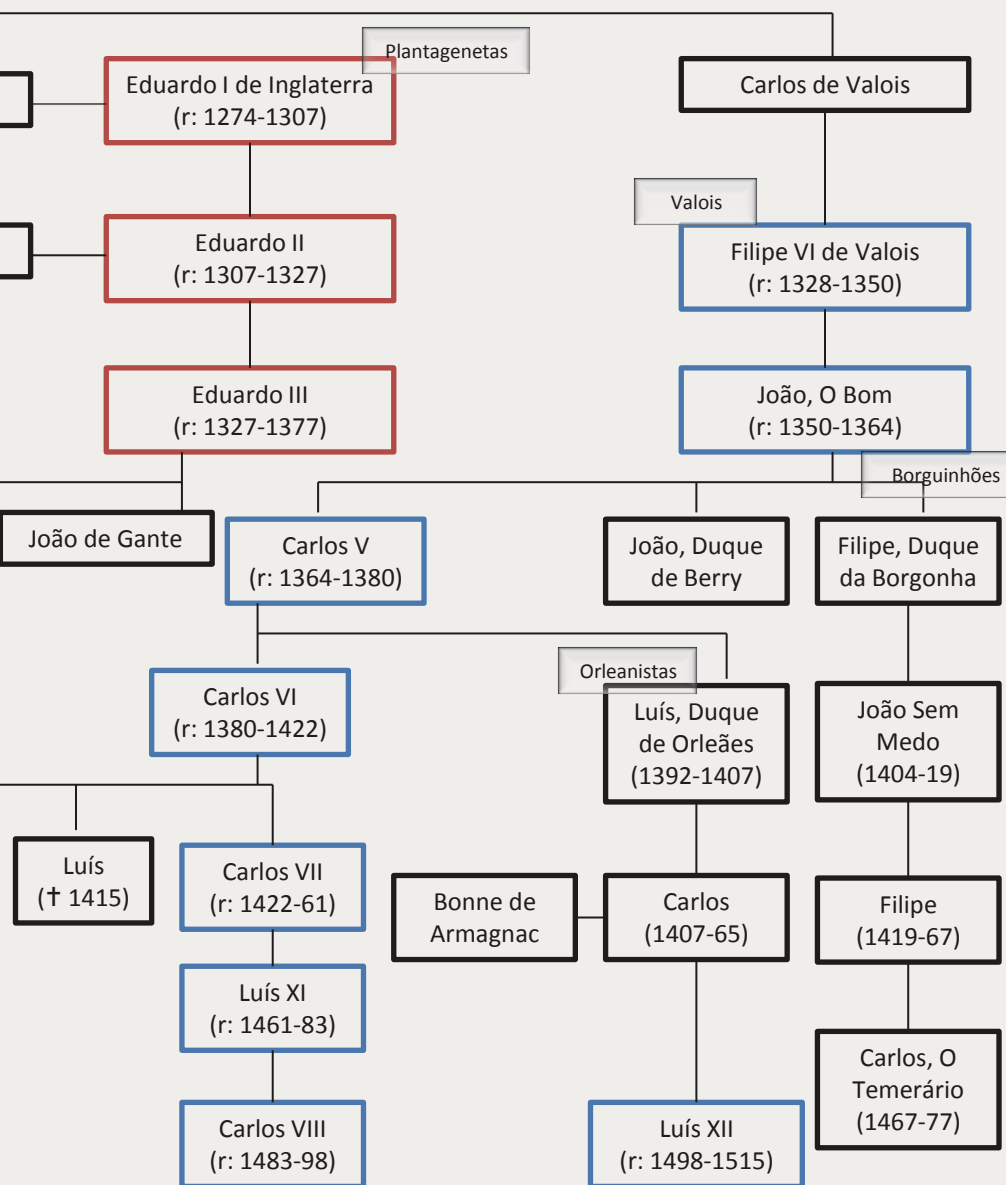
O cerco de Harfleur (1415)



in Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Ligações entre a Casa Real francesa e a Casa Real inglesa (Sécs. XIII-XV)





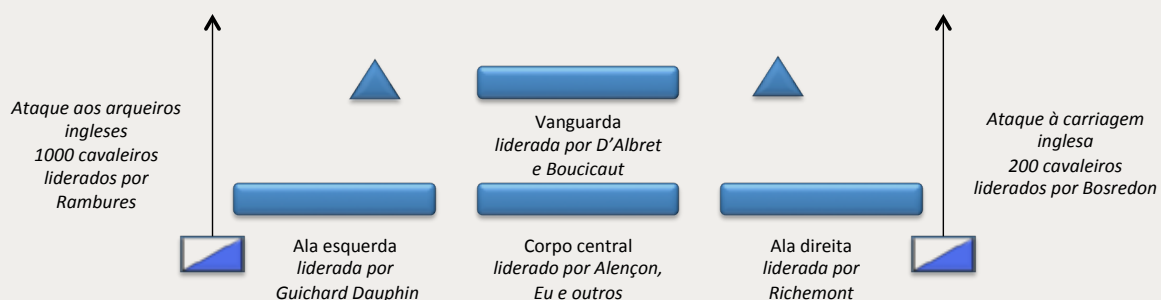
A campanha de Agincourt | Itinerários



in Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Thiumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415

PLANO FRANCÊS DO MARECHAL BOUCICAUT

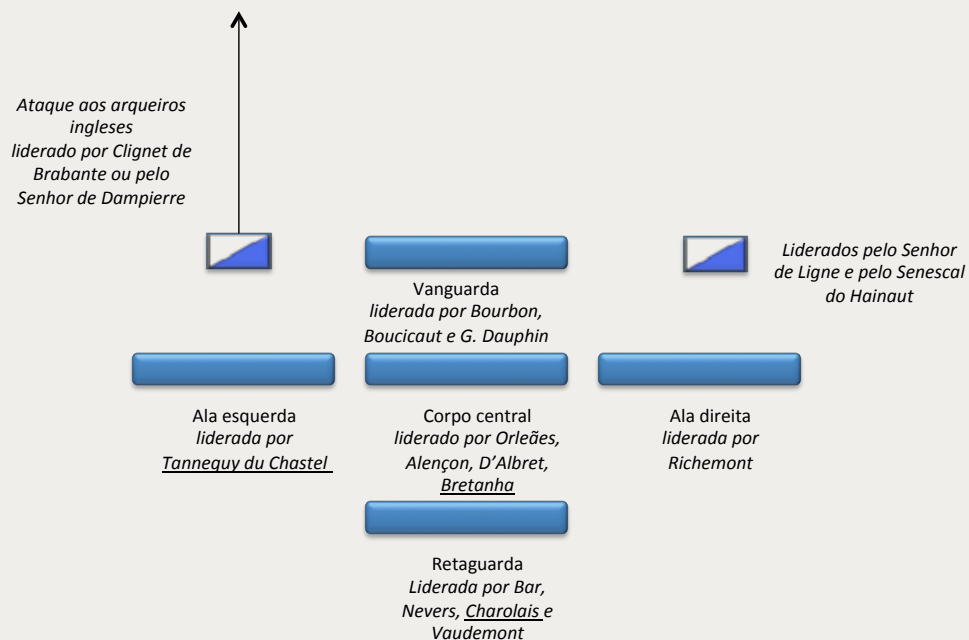


Paulo J. S. Agostinho, a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415

PLANO FRANCÊS DE ROUEN

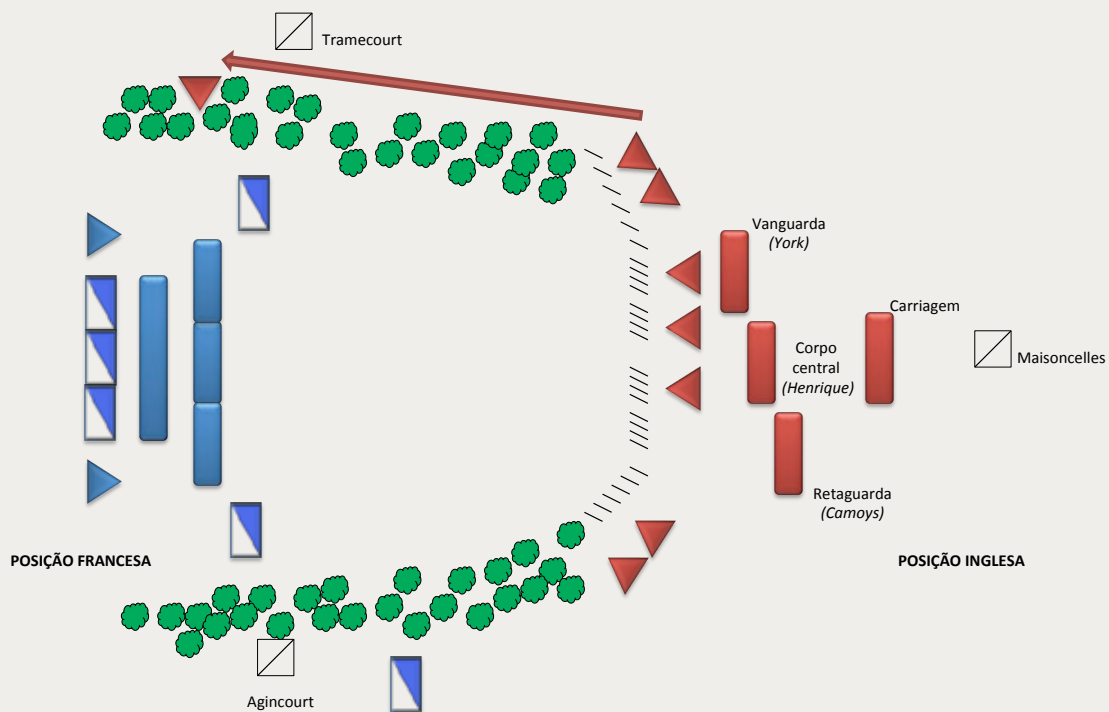
(Os nomes sublinhados não estiveram presentes na batalha)



Paulo J. S. Agostinho, a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 1

DISPOSIÇÃO INICIAL DOS EXÉRCITOS



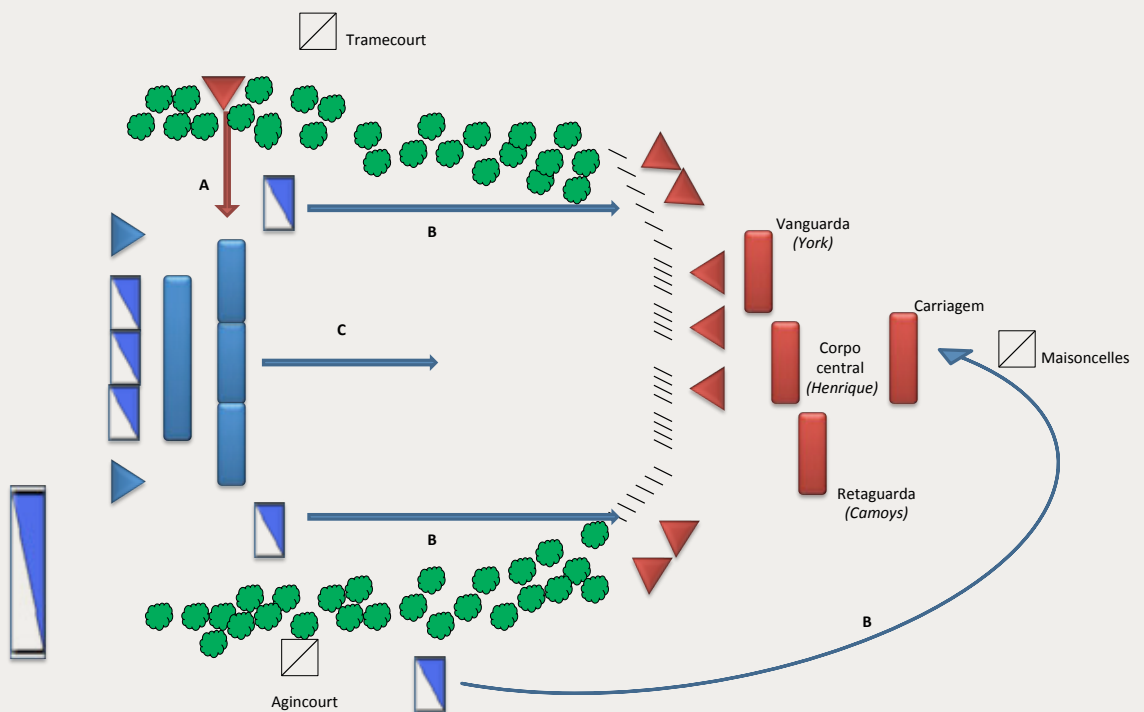
Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 2

A – DISPAROS DOS ARQUEIROS INGLESES

B – CARGAS DA CAVALARIA FRANCESA

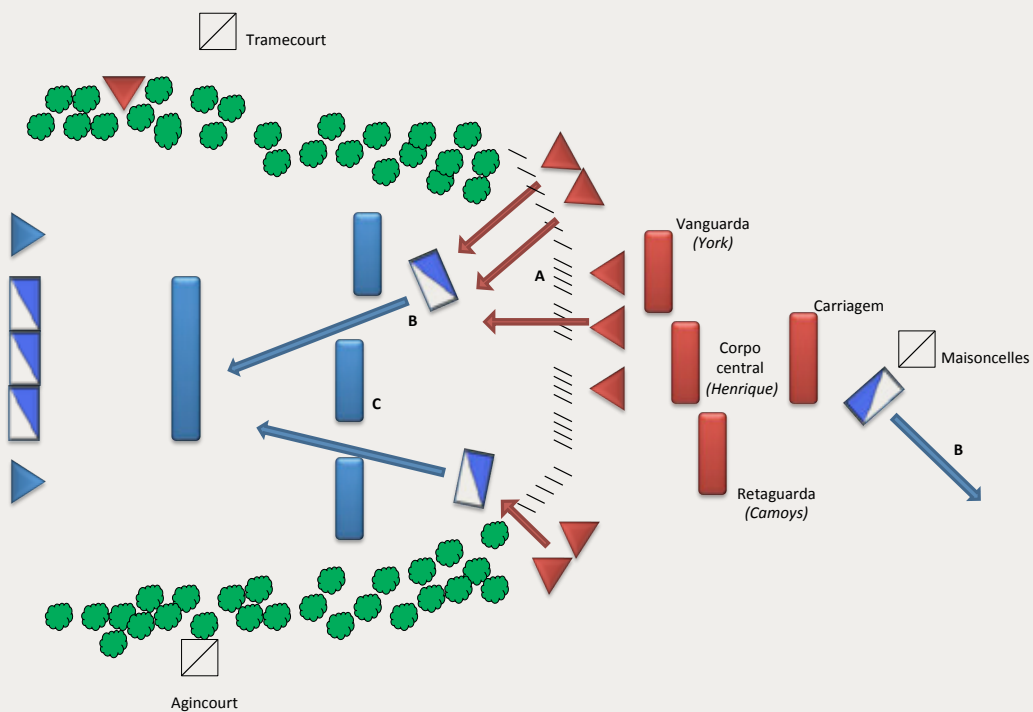
C – AVANÇO DA VANGUARDA FRANCESA



Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 3

- A – DISPAROS DOS ARQUEIROS INGLESES
- B – RETIRADA DESORDENADA DA CAVALARIA FRANCESA
- C – DIVISÃO DA VANGUARDA FRANCESA



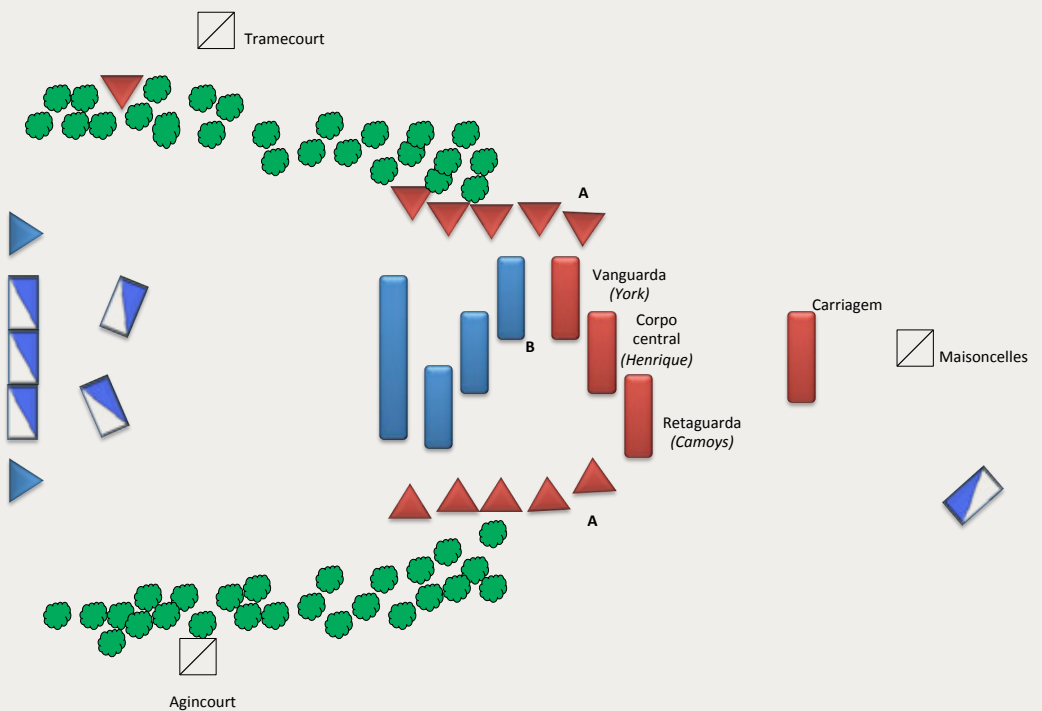
Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 4

MÊLÉE

A – ARQUEIROS INGLESES REPOSICIONAM-SE NAS ALAS

B – CHOQUE ENTRE AS LINHAS DE HOMENS DE ARMAS

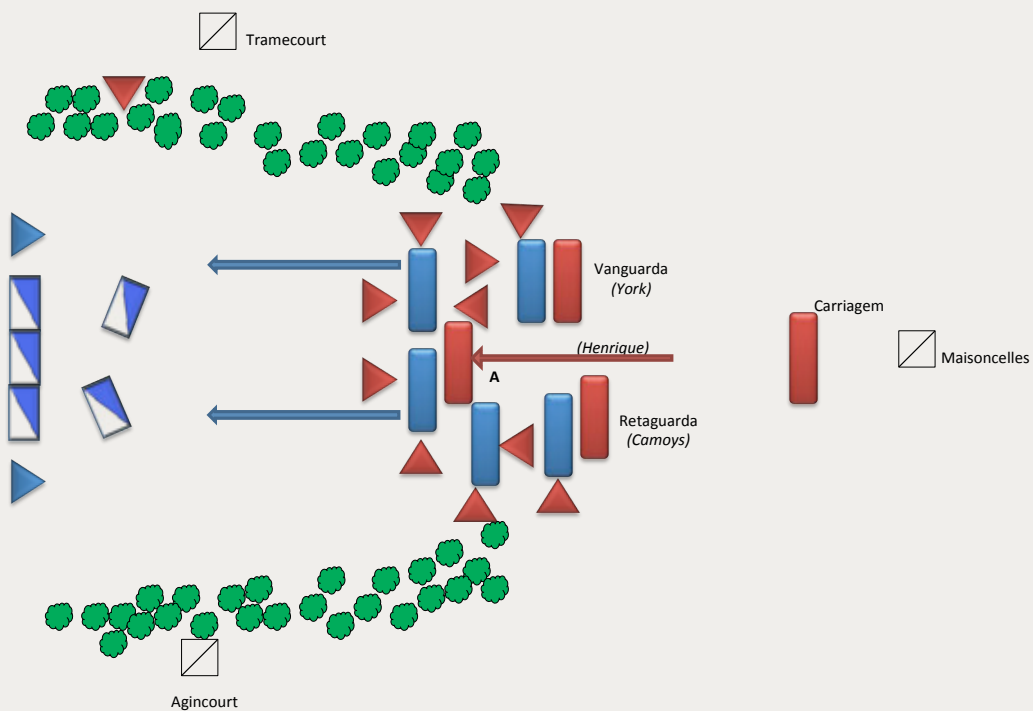


Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 5

MÊLÉE

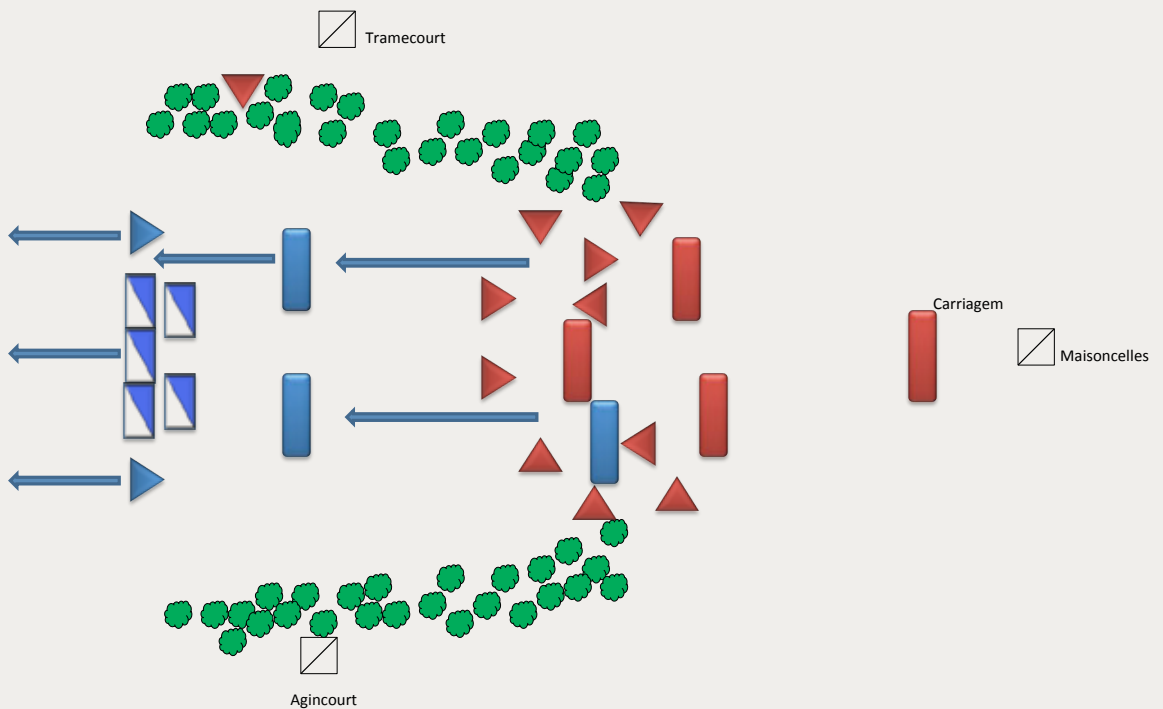
A – O CORPO CENTRAL, LIDERADO POR HENRIQUE V, AVANÇA NA DIREÇÃO DA 2ª LINHA FRANCESA



Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

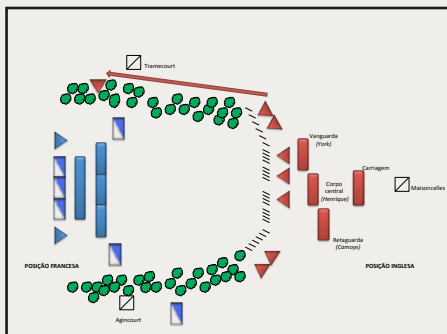
Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 6

RETIRADA FRANCESA E CAPTURA DE PRISIONEIRO

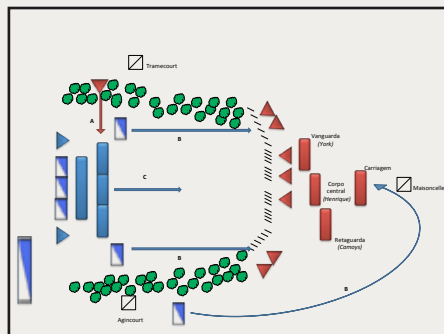


Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

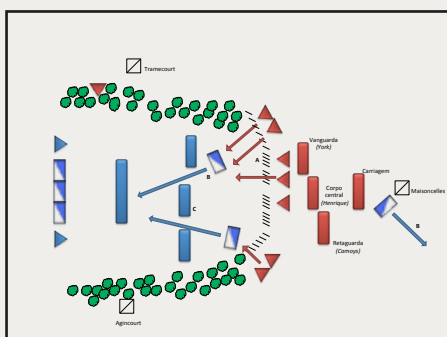
Resumo dos momentos da batalha



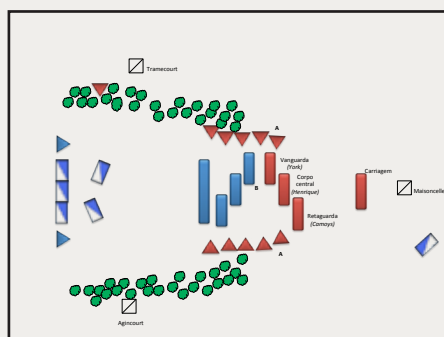
1



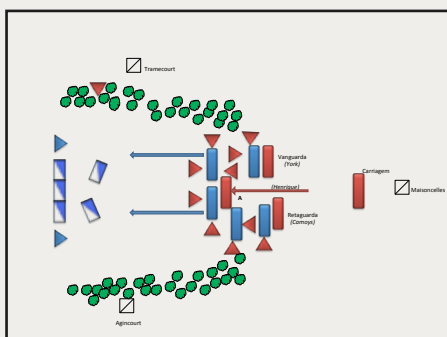
2



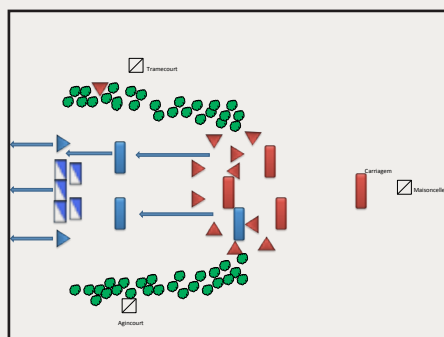
3



4



5



6

Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2015

